

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1.1. A presente licitação tem como objeto a formação de Registro de Preços para possível Contratação de Serviços Técnicos Especializados especializada para fornecimento de Sistema de Gestão Educacional como serviços (SAAS – Software as a Service), com serviços de licenciamento, hospedagem, consultoria, configuração, implantação, treinamento e suporte técnico de sistemas, para provimento de processos educacionais, plataforma de gestão e operação dos macroprocessos da Secretaria para otimização operacional e gerencial das informações e processos, no intuito de integrar, modernizar, promover melhoria contínua e gerar eficiência toda a rede de ensino dos municípios integrantes do Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Médio Piranhas - CODEMP/PB.

1.2. DA NATUREZA DOS SERVIÇOS E MODALIDADE DA LICITAÇÃO

1.2.1. Considerando que o objeto a ser contratado apresenta características comuns e usuais no atual mercado de Tecnologia de Informação, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser claramente definidos neste documento, é evidente que estamos diante de uma contratação de serviços comum. Nesse contexto, a escolha da modalidade de Pregão, no formato eletrônico, conforme preconizado pela Lei nº 14.133/2021, se mostra apropriada.

1.2.2. A realização da licitação, seguindo a modalidade de Pregão Eletrônico, adotando o critério de julgamento "Menor Preço Global" e aplicando o modo de disputa "Aberto e Fechado", é respaldada pelos princípios da ampla competitividade, concorrência e busca pela proposta mais vantajosa para a Administração. Tal opção visa garantir a efetiva seleção da proposta que atenda de forma eficaz às necessidades do órgão contratante.

1.2.3. Além disso, a aplicação do procedimento auxiliar de Registro de Preços na licitação reforça a busca pela eficiência e economicidade, permitindo a contratação futura de bens ou serviços similares a preços previamente estabelecidos, simplificando os processos subsequentes.

1.2.4. Dessa maneira, ao adotar o Pregão Eletrônico, considerando o critério de "Menor Preço Global", e incorporando o Registro de Preços como procedimento auxiliar, a Administração reafirma seu compromisso com a transparência, competitividade e obtenção da melhor relação custo-benefício em suas contratações no âmbito da Tecnologia de Informação.

1.3. DOS QUANTITATIVOS

1.3.1. Tabela de Serviços e Quantitativos

CÓD.	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Implantação, Configuração Treinamento (*)	Serviço	226	1.565,42	353.784,92
2	Sustentação, Suporte Técnico e Hospedagem (**)	Escola/Mês	226	12.524,16	2.830.460,16
3	Migrações e Customizações (***)	UST	4.000	326,10	1.304.400,00

1.3.2. Os municípios integrantes do consórcio contam com 226 escolas na rede pública municipal de ensino, e a contratação abrangerá todas essas unidades. O objetivo é promover uma gestão mais eficiente e integrada em todas as escolas, otimizando processos educacionais e aprimorando a qualidade do ensino.

1.3.3. Detalhamento dos itens de serviços:



1.3.3.1. Item 1: Instalação / Configuração / Treinamento (Serviço Único) – Realização de atividades decorrentes da configuração, ativação, e implantação da PLATAFORMA com o devido treinamento aos usuários finais;

1.3.3.2. Item 2: Sustentação, Suporte Técnico e Hospedagem;

1.3.3.3. Item 3: Migrações e Customizações (Banco de Serviços – Capacidade Anual), 4.000 USTs;

1.3.3.4. (*) **Serviços que serão de desembolso único, ou seja, serão cobrados apenas uma vez após a finalização da etapa e serão feitos de forma concomitante em todas as unidades da rede municipal.**

1.3.3.5. (**) **Licenciamento, suporte ilimitado e atualizações ilimitadas da plataforma descrita neste termo de referência para as 226 unidades de ensino da Rede Municipal durante 12 (doze) meses.**

1.3.3.6. (***) **Serviços sob demanda, sem garantia de consumo mínimo, dimensionadas em Unidades de Serviços Técnicos (USTs), e que apenas se necessários e por definição da CONTRATANTE serão demandados.**

1.4. DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E REAJUSTE DO CONTRATO

1.4.1. A contratação de um Sistema de Gestão Educacional se configura como um serviço contínuo, tendo em vista diversos aspectos evidenciados na justificativa apresentada.

1.4.2. A implantação de uma plataforma de Gestão Educacional, conforme proposto, não trata apenas de uma iniciativa pontual, mas sim parte de um ciclo contínuo de planejamento, execução, avaliação e aprimoramento. Essa abordagem cíclica contribui para a implementação de melhorias contínuas, alinhadas com as expectativas da sociedade e as demandas emergentes.

1.4.3. Deste modo, O prazo do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da sua publicação, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.4. Os preços dos serviços serão fixos e irrevogáveis para o período de 12 (doze) meses, após o qual, poderão ser atualizados, anualmente, visando a sua adequação aos novos preços de mercado mediante aplicação da variação nominal do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ou outro índice oficial que vier a substituí-lo.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. DA REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

2.1.1. Este Termo de Referência foi elaborado com base nas informações contidas nos Estudos Preliminares desenvolvidos pela equipe de planejamento da contratação.

2.2. DA MOTIVAÇÃO

2.2.1. Dada a realidade dos 19 municípios que compõem o CODEMP/PB, totalizando aproximadamente 190.000 habitantes e uma rede de ensino com cerca de 40.000 alunos, é imperativo que a Administração Pública adote medidas de gestão capazes de acompanhar as áreas geográficas, culturais, sociais e econômica da região. Isso permitirá diagnosticar, de forma abrangente e específica, o processo de aprendizagem na rede pública e seus desafios.

2.2.2. Notadamente, os métodos educacionais e de gestão administrativa das Secretarias de Educação municipais vêm evoluindo a partir de um crescente amparo em ferramentas tecnológicas.

2.2.3. A contratação de um sistema integrado de gestão para a rede de ensino municipal é fundamental para modernizar e melhorar a administração educacional dos 19 municípios consorciados. Um sistema integrado permite uma gestão mais eficaz, abrangendo desde o registro da vida escolar dos alunos até a administração financeira e pedagógica das escolas e da Secretaria.

2.2.4. A implementação do sistema de gestão traz resultados expressivos, incluindo a centralização e integração de informações, proporcionando uma visão clara e abrangente da rede de ensino. Isso facilitará a tomada de decisões baseadas em dados, promovendo uma gestão mais eficiente e racional dos recursos. A plataforma permitirá a identificação rápida de áreas problemáticas, possibilitando ações corretivas imediatas e aumentando a qualidade dos serviços educacionais. Além disso, a transparência e a participação

cidadã serão fortalecidas, com a disponibilização de informações acessíveis e a promoção de um canal eficiente de comunicação entre a administração pública e a comunidade escolar.

2.2.5. Cada colaborador e estudante possui características únicas que devem ser monitoradas para a execução de políticas públicas assertivas e baseadas em evidências. A integração dessas informações é essencial para a tomada de decisões eficazes, racionalizando recursos e melhorando a qualidade dos serviços prestados.

2.2.6. Com os avanços tecnológicos recentes, o uso de softwares para tratamento de dados, integração e auxílio na tomada de decisão tornou-se um diferencial na gestão pública. Assim, busca alinhar-se a essa evolução, investindo em soluções tecnológicas para melhorar os resultados educacionais e os indicadores de desempenho.

2.2.7. Apesar dos esforços, a estrutura atual carece de ferramentas corporativas abrangentes que utilizam recursos tecnológicos para melhorar a gestão educacional. A ausência de soluções integradas resulta muitas vezes numa percepção negativa da sociedade quanto à qualidade dos serviços prestados. Portanto, é necessário implementar uma plataforma digital em todos os setores da Educação para aprimorar a administração pedagógica e financeira das escolas e Secretarias.

2.2.8. Com base em um benchmark de modelos e sistemas, concluiu-se que é necessário contratar uma plataforma digital (SAAS – Software as a Service) que inclua licenciamento, consultoria, configuração, implantação, treinamento e suporte técnico. Essa plataforma deve melhorar a gestão educacional municipal.

2.2.9. A hospedagem da plataforma em nuvem garantirá economia de recursos, evitando gastos com infraestrutura de TIC. A estabilidade, segurança e manutenção do sistema serão responsabilidades do fornecedor, permitindo que a gestão municipal se concentre nas atividades-fim da Secretaria de Educação.

2.3. DOS OBJETIVOS ESPERADOS

2.3.1. Dotar o CODEMP/PB, definitivamente, de uma solução holística e horizontal, que integre e automatize todos os processos da gestão plena educacional, através de sistema digital;

2.3.2. Transparência, Economicidade, Eficiência, Impessoalidade, Legalidade e Publicidade;

2.3.3. Potencializar a eficiência dos setores e servidores, melhorando a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, pais de alunos, alunos;

2.3.4. Promover uma forte automação, melhorando a cooperação no trabalho entre as áreas e o fluxo de informações, resultando na otimização das rotinas internas, com significativos ganhos de celeridade e produtividade;

2.3.5. Propiciar agilidade na tomada de decisão dos executivos da Secretaria com base em painéis de gestão dando visibilidade de setores e usuários mais ou menos produtivos;

2.3.6. Facilitar a rastreabilidade e a localização dos processos administrativos que tramitam na Prefeitura e órgãos vinculados;

2.3.7. Aproximar ainda mais o os pais de alunos e alunos da Educação do Municipal, ampliando sua capacidade e qualidade de atendimentos aos mesmos e reduzindo de forma significativa e sustentável os custos desses processos;

2.3.8. Reduzir a informalidade, oferecendo uma ferramenta rápida e prática para registro das atividades oficiais, internas e externas à organização;

2.3.9. Garantir a confidencialidade dos documentos, adotando práticas que aumentam a segurança na autenticação dos usuários;

2.3.10. Eliminação de redundâncias e inconsistências atualmente causadas por informações em diversas formas e locais sem integração ou uso;

2.3.11. Proporcionar a pais e alunos realizarem matrículas via internet;

2.3.12. Proporcionar aos pais o acompanhamento via internet da frequência e desempenho de seus filhos nas escolas;

2.3.13. Redução nos custos de insumos, material de expediente através da implantação de sistema digital;

2.3.14. Melhorar o tempo de resposta das ações para a sociedade;

2.3.15. Transparência, Eficiência, Impessoalidade, Legalidade, Publicidade e Participação do cidadão.

2.3.16. Cumprimento da Lei Nº 13.460/2017.

2.3.17. Cumprimento da Lei Nº 9.784/1999.

2.3.18. Aumentar o nível de confiança na Administração Pública;

2.3.19. Prover a alta administração do governo municipal e da Secretaria de Educação informações consistentes em tempo real, uma visão panorâmica e exclusiva da situação da rede municipal de educação para tomar decisões assertivas e ágeis;

3. DO NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO

3.1. A Administração Pública não pode restringir em demasia o objeto do contrato, sob pena de frustrar a competitividade, por outro lado, ela não pode definir o objeto de forma excessivamente ampla, haja vista que, nesse caso, os critérios para julgamento das propostas falecem, em virtude da própria administração admitir propostas díspares, inclusive as que não satisfazem ao interesse público e não atendem à necessidade da Administração;

3.2. Portanto, a definição do objeto da licitação pública e as suas especificidades são eminentemente discricionárias, a qual compete ao agente administrativo avaliar o que o interesse público demanda obter mediante a aquisição;

3.3. No caso em tela, existe apenas um único lote com três itens fortemente integrados, interdependentes, posto que se trata de um serviço integrado que tem forte interdependência entre seus entregáveis, onde, pela própria natureza do objeto, é impossível a realização dos serviços por empresas distintas.

3.4. Os entregáveis do escopo desse projeto se perfazem através de linhas de serviços, todas interdependentes, onde todas precisam estar perfeitamente sincronizadas para garantir o fornecimento adequado do serviço à CONTRATANTE e consequentemente ao público alvo;

3.5. Deste modo, a decisão por realizar ou não a segmentação do objeto da contratação passa necessariamente pela análise dos prejuízos que podem advir da pulverização excessiva da execução de um determinado objeto pelas mais diversas empresas, seja sob o ponto de vista da gestão ou sob o ponto de vista da perda de economia de escala ou seja pela necessidade de integração dos itens, comprometendo gravemente a viabilidade do projeto;

3.6. Assim, a segmentação do objeto da contratação, de acordo com a lei, deve ser feita em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis. Nota-se que não é tecnicamente viável fazer várias licitações com o mesmo contexto pois, além de possivelmente acarretar conflito entre os fornecedores, diferença na qualidade dos serviços, dificuldades na gestão dos contratos, falta de sincronia entre a entrega dos serviços, estar-se-ia acabando com a economia de escala, o que tornaria a opção, também, economicamente desvantajosa.

3.7. Na forma do Art. 40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve buscar o parcelamento do objeto, se houver viabilidade técnica e econômica e quando não resultar em perda de economia de escala. Art. 40, §3º, inciso II da Lei nº 14.133/21, *in verbis*:

"Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

3.8. Não se pode esquecer que a licitação é procedimento administrativo que visa, entre outros aspectos, que a Administração Pública contrate da forma mais vantajosa possível. Logo, não seria razoável que o parcelamento venha incompatibilizar técnica, inviabilidade econômica ou ocasionar perda de economia de escala e, por consequência, maiores custos para a Administração Pública.

3.9. Corroborando o entendimento supramencionado, o Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu pelo indeferimento de pedido de divisão do objeto licitado, por considerar que a reunião do objeto em um único

item, desde que devidamente justificada pela área demandante ou pelo pregoeiro, afasta a possibilidade de restrição indevida à competitividade. (Acórdão 1.167/2012 – TC 000.431/2012-5 – TCU – Plenário – Relator: José Jorge).

3.10. Destarte, a contratação de múltiplas empresas poderia criar uma relação conflituosa entre os diversos prestadores de serviço, colocando a gestão pública em um fogo cruzado entre esses, pois tendo em conta que os serviços previstos neste certame são interligados, a apuração de responsabilidade tornar-se-ia inviável, com a possibilidade dos prestadores de serviço divergirem um do outro, sem que se apresentasse a pronta e imediata solução imprescindível à continuidade dos serviços;

3.11. Deve-se frisar que o primado da eficiência não implica menosprezar a competitividade, que, no formato deste certame, estará assegurada direta e indiretamente, haja vista a profusão de empresas prestadoras de serviços com porte, desempenho e qualidade capazes de atender de forma completa aos requisitos descritos neste Documento;

3.12. Desde modo, entende-se que a prestação dos serviços por uma única empresa é suficientemente capaz de reunir todos os componentes necessários para a realização dos serviços de forma eficiente e eficaz, coordenando o conhecimento na solução e capacidade técnica na prestação dos serviços, possibilitando, assim a prestação dos serviços de forma célere, portanto mais econômico e de melhor qualidade, com a melhor relação custo-benefício para o órgão.

3.13. Adicionalmente, dada a complexidade e especificações técnicas do objeto, as quais requerem alto grau de interação e sincronia entre seus itens devido as características de especificidade, natureza contínua, complexidade e criticidade, bem como a elevada exigência de níveis de serviços requerida pelo negócio, deverá ser prestado por empresa altamente capacitada, que disponha de capacidades que atenda as especificações, de métodos, processos e equipe técnica, harmônicos entre si e principalmente eficazes na operação, racionalização, otimização dos recursos disponíveis.

3.14. As justificativas relacionadas acima atendem ao disposto na Instrução Normativa SGD/ME nº 01 de 04/04/2019, no que tange quanto ao comprovado inter-relacionamento entre as linhas de serviço que compõem o escopo a ser contratado para o alcance dos resultados pretendidos com a contratação, portanto, pelos fundamentos apresentados o CONTRATANTE entende que o parcelamento do objeto não é recomendável técnica, econômica e administrativamente para o caso em tela.

4. DO PROCEDIMENTO AUXILIAR DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Da Justificativa para o Registro de Preços.

4.1.1. Inicialmente, é importante destacar que, conforme estabelecido no art. 14 do Decreto Federal n.º 11.462/2023, o processo licitatório para registro de preços será realizado na modalidade pregão, sendo este preferencialmente eletrônico, assim recomenda o art. 23, VI da Lei Geral, sendo ainda do tipo menor preço ou maior desconto, o que é precisamente o caso em análise.

4.1.2. Continuando, consoante dispõe o art. 2º, I do referido Decreto, em harmonia ao art. 6º, XLV, da Lei n.º 14.133/21, o Sistema de Registro de Preços é aplicável para contratações diretas ou por meio de licitação nas modalidades pregão ou concorrência, para aquisição locação, bem ou contratação de serviços, sendo preferencialmente adotado quando cabíveis nas situações dispostas no art. 3º do Decreto 11.462/23, vejamos:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

4.1.3. Consta-se, a partir da análise do dispositivo legal, aliada à compreensão das especificidades da contratação em questão, que há uma estreita correlação entre esta e as possibilidades de aplicação do sistema de registro de preços.

4.1.4. Primeiro, cumpre observar que uma das hipóteses é a necessidade de contratações permanentes, o que está, evidentemente, em consonância às características do caso em tela, uma vez que o serviço requerido necessita de contratação em caráter permanente, a fim de que sejam realizadas a gestão digital de processos e comunicação da prefeitura de forma contínua.

4.1.5. Nota-se, ainda, conforme inciso II, que será aplicado o registro de preços quando a contratação de serviços for remunerada por unidades de medidas “como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa”. Aqui, faz-se imperioso explicar que o rol apresentado no referido artigo é exemplificativo, assim, além destas unidades de medidas, pode haver outras tantas, como, por exemplo licenças, pontos de função, mês, diária, metragem, unidades de serviços etc. Assim, visto que a presente contratação remunera os serviços contratados por unidades de medidas, nota-se novamente a harmonia com o referido diploma.

4.1.6. Por último, considerando que os serviços contratados também possuem natureza sob demanda, configura-se, portanto, também em consonância ao requisito legal.

4.1.7. Além do exposto, o Sistema de Registro de Preços (SRP) oferece diversas vantagens para a Administração Pública, destacando-se, principalmente, pela flexibilidade e economicidade que proporciona, primeiro que possibilita a realização do procedimento e registro do preço sem a obrigatoriedade de contratação imediata e sem a necessidade de provisionar a dotação orçamentária integralmente ainda no início do procedimento de contratação, o permite uma melhor gestão dos recursos públicos.

4.1.8. Importante ressaltar também que o SRP incentiva a formulação de propostas mais vantajosas pelos licitantes, uma vez que estes consideram a potencial adesão de outros órgãos à ata de registro de preços, o que pode multiplicar significativamente o quantitativo originalmente previsto. Esse aspecto favorece a obtenção de preços mais competitivos, em consonância com o objetivo principal de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, sempre respeitando o interesse público.

4.1.9. Portanto, diante das considerações específicas do caso e da conformidade com os dispositivos legais vigentes, a utilização do Sistema de Registro de Preços se mantém justificada e adequada ao objeto da presente contratação.

4.2. Da Ata de Registro de Preços

4.2.1. Após a homologação da licitação o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

4.2.1.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4.2.1.3. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

4.2.1.4. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, serão renovados também os quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

4.2.1.5. A vigência dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços será estabelecida no edital, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1.6. Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços.

4.2.1.7. O controle e o gerenciamento das atas de registro de preços deve observar:

- a) os quantitativos e os saldos;
- b) as solicitações de adesão; e
- c) o remanejamento das quantidades.

4.2.1.8. Os preços registrados serão fixos para o período de 12 (doze) meses, após o qual, poderão ser atualizados, visando a sua adequação aos novos preços de mercado mediante aplicação da variação nominal do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ou outro índice oficial que vier a substituí-lo.

4.2.1.9. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso; ou
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1.10. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) Por razão de interesse público;
- b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) Se não houver êxito nas negociações, nos termos das hipóteses previstas na legislação

4.3. Da Utilização da Ata de Registro de Preços por Órgãos ou Entidades Não Participantes

4.3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, nos termos da Lei nº 14.133/21 e suas alterações, observadas os seguintes requisitos:

- a) Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;
- b) Demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- c) Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.3.2. A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata

4.3.4. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes

4.3.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços por órgãos não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



5.1. Requisitos Legais

5.1.1. A presente contratação tem fundamento com base na Lei 14.133/2021, bem como o Decreto nº 11.462/2023, que regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia.

5.1.2. A solução contratada deverá respeitar a integralidade da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

5.2. Requisitos de Negócios

5.2.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

5.2.1.1. Todos os serviços requeridos para esta contratação se norteiam nos estudos, benchmark e consultas realizadas a instituições irmãs. Assim estes serviços requeridos são baseados na disponibilização da plataforma educacional digital no modelo cloud, ou seja, em nuvem computacional de alta disponibilidade e qualidade para o CONTRATANTE, de modo a atender todos os usuários internos e externos, bem como as escolas que compõem a rede dos municípios consorciados. Estes serviços contemplam:

5.2.1.1.1. (i) Configuração, (ii) Implantação, (iii) Treinamento, (iv) Hospedagem, (v) Suporte técnico, (vi) Sustentação e (vii) Customização do sistema. O planejamento desta contratação, desta maneira prevê que o CONTRATANTE não precise ter gastos excessivos com infraestrutura robusta, nem tampouco com alocação permanente de equipes especializadas em seu quadro.

5.2.1.1.2. A CONTRATANTE deverá apenas dispor de acesso a internet e computadores para acesso ao sistema.

5.2.1.1.3. Devido a necessidade imperiosa da Administração faz-se necessário que a disponibilização da plataforma digital educacional com todos os módulos, funcionalidades e características explicitadas neste termo de referência, permitindo que a mesmo esteja completamente operacional e disponível para uso, seja concluída em até 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do contrato.

5.2.1.1.4. Todos os serviços descritos e exigidos neste termo de referência, uma vez iniciados, funcionarão concomitante e ininterruptamente até o término da vigência do contrato, sob total responsabilidade da CONTRATADA, ou seja, todos os serviços contratados deverão permanecer em plena atividade e funcionamento durante toda a vigência da contratação, inclusive nos períodos de férias escolares e recessos, garantindo o uso dos módulos e funcionalidades e de todos os recursos do sistema aos usuários de todos os níveis.

5.2.1.1.5. Todas as especificações técnicas e detalhamento tecnológico, de arquitetura, de módulos e funcionalidades encontram-se no neste Termo de Referência.

5.3. Requisitos de Implantação e Configuração

5.3.1. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

5.3.1.1. Serviços de configuração e implantação da plataforma de acordo com a estrutura educacional e quantidade de escolas da CONTRATANTE.

5.3.1.2. Personalização e Institucionalização do sistema na página de internet a ser referenciada pelo mesmo, constando nome, endereço, logotipo e afins específicas da Secretaria Municipal CONTRANTE deverão ser realizadas nesta fase.

5.3.1.3. A versão da plataforma a ser adequada e a ser implantada, hospedada e disponibilizada para o CONTRATANTE deverá ter, no mínimo, as características, módulos e funcionalidades relacionadas neste termo de referência.

5.3.1.4. A CONTRATADA deve disponibilizar a plataforma tecnológica em endereço de internet em até 30 (trinta) dias corridos após assinatura do contrato, fornecendo todos os dados necessários de acesso da conta administrador para permitir a configuração e cadastros por parte da CONTRATANTE.

5.3.1.5. Configuração e ativação dos aplicativos “mobile” descrito neste termo de referência no Google Play.

5.4. Requisitos de Capacitação

5.4.1. Será necessário treinamento à equipe que atuará com a solução, conforme disposições a seguir:



5.4.1.1. Disponibilização de ambiente virtual para treinamento por conta da CONTRATADA, para público ILIMITADO realização do treinamento remoto dos módulos para 3 (três) turmas de até 20 (vinte) horas, totalizando 60 (sessenta) horas de treinamento. O treinamento será realizado em datas, focos e horários acordados entre as partes.

5.5. Requisitos de Migrações e Customizações:

5.5.1. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de migrações e integrações descritos a seguir:

5.5.1.1. Os serviços deste item, são considerados como um banco de serviços sem garantia de consumo mínimo, ou seja, estão disponíveis para demandas que caso sejam identificadas pela CONTRATANTE que necessitem ser realizadas, serão eventualmente demandadas a CONTRATADA para execução respeitando seu limite total de horas técnicas previstas. Em outras palavras, se não houver necessidade, não haverá desembolsos com esta linha de serviço

5.5.1.2. São horas técnicas de desenvolvimento de software utilizadas para realizar customizações na plataforma que sejam compatíveis com suas características que deverão ser demandadas pelo CONTRATANTE;

5.5.1.3. São horas técnicas utilizadas para realizar migração de dados de sistemas legados da educação municipal para a plataforma.

5.5.1.4. No decorrer da prestação do serviço, para cada demanda identificada e enviada pela CONTRATANTE a CONTRATADA, seja de migração ou de customização, a CONTRATADA apresentará uma análise de volume para a CONTRATANTE do quantitativo de horas técnicas necessárias para executar a customização das funcionalidades existentes ou para realizar a migração de dados de sistema legado. Quando do envio do quantitativo de horas, a CONTRATADA também deve apresentar o prazo para conclusão da demanda, que deverá ser autorizado pela CONTRATANTE. Apenas após aprovação do orçamento e prazo por parte da CONTRATANTE é que a CONTRATADA poderá iniciar a realização do serviço, respeitando o prazo encaminhado em sua análise;

5.5.1.5. Caso identifique-se que não será necessário realizar nenhum tipo de customização, as horas técnicas não serão faturadas;

5.5.1.6. A CONTRATADA deverá realizar a integração do código e teste das funcionalidades integradas quando os serviços forem de customizações;

5.5.1.7. Uma vez concluído o serviço, a CONTRATADA deverá realizar a apresentação das funcionalidades customizadas no prazo aprovado pela CONTRANTE, além do fornecimento de diagramas de entidade-relacionamento, código-fonte desenvolvido, relatório de atividades com a descrição do que foi realizado e o relatório de testes funcionais para cada ordem de serviço executada.

5.6. Requisitos de Sustentação / Suporte Técnico / Hospedagem:

5.6.1. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de sustentação, suporte técnico e hospedagem descritos a seguir:

5.6.1.1. Os serviços descritos neste item são de natureza continuada, ou seja, são contínuos em toda vigência do contrato, devendo a CONTRATADA executá-lo em todo ciclo contratual com equipe técnica que os suporte com competência suficiente e adequada para manutenção da qualidade, estabilidade e níveis de serviço requeridos.

5.6.1.2. Este item dará a condição para que a CONTRATANTE tenha a tão necessitada estabilidade dos serviços para conquistar uma gestão plena, tecnológica, integrada, econômica e que dê capacidade de tomada de decisão de forma ágil.

5.6.1.3. Trata-se da hospedagem continuada do sistema, em uma nuvem computacional de qualidade e segura, de alta capacidade e disponibilidade que deve ser capaz de atender toda a rede educacional municipal.

5.6.1.4. Todo o ambiente, módulos e funcionalidades, deverão estar disponíveis em endereço público na internet, permanentemente em toda vigência contratual;

5.6.1.5. O sistema deverá estar disponível para acesso de qualquer local e a qualquer hora, em regime 24x7.

5.6.1.6. Como exigência para o bom retorno do investimento, estabilidade dos serviços e garantir a eficiência e a qualidade esperada por esta CONTRATANTE, é mandatório que o sistema seja hospedado em datacenter comercial de alta qualidade, disponibilidade e desempenho, no mínimo TIER 3, conforme norma TIA 942.

5.6.1.7. O Serviço de sustentação do sistema contempla todo o serviço de realização de procedimentos padrão periódicos de monitoramento, análise, correção de falhas, refinamento e melhorias de disponibilidade e desempenho das funcionalidades do sistema;

5.6.1.8. Também estão inclusos nesse os serviços de suporte, depuração, correção de erros técnicos de código-fonte cedido, atualizações dos sistemas em produção com as correções de erros e extração de relatórios diretamente da base de dados;

5.6.1.9. Intervenções no sistema, ambiente e base de dados, quando necessário, através da execução de comandos para resolução de um problema ou atualização de informação não suportada pela aplicação de modo a garantir o cumprimento dos acordos de níveis de serviços;

5.6.1.10. Para respeitar os requisitos mínimos de níveis de serviços, as indisponibilidades devem ser sanadas de acordo respeitando os seguintes padrões:

5.6.1.11. Prazo máximo para resolução de um erro em produção de baixa severidade: 48 (quarenta e oito) horas úteis;

5.6.1.12. Prazo máximo para resolução de um erro em produção de média severidade: 24 (vinte e quatro) horas úteis;

5.6.1.13. Prazo máximo para resolução de um erro em produção de alta severidade: 16 (dezesesseis) horas úteis;

5.6.1.14. Prazo máximo para resolução de um erro crítico/bloqueante em produção: 12 (doze) horas úteis.

5.6.1.15. O suporte técnico funcionará sanando dúvidas de utilização do sistema, fluxos e mapeamento dos processos, apoio ao pessoal especializado da CONTRATANTE, retirando dúvidas das funcionalidades, dúvidas decorrentes de treinamentos, serviço de resposta de dúvidas por email, ou chamado em sistema disponibilizado pela CONTRATADA, e demais apoios para área de negócio e de funcionalidades dos sistemas para a CONTRATANTE;

5.6.1.16. A CONTRATADA, deverá realizar 02 (dois) backups diários dos dados do sistema. Esses deverão ser armazenados por um período não inferior a 07 (sete).

5.7. Requisitos De Segurança Da Informação E Privacidade

5.7.1. Procedimentos Básicos de Segurança:

5.7.1.1. A LICITANTE deverá seguir os procedimentos de Política de Segurança da Informação determinado pelos gestores e fiscais da CONTRATANTE, independentemente do local de trabalho em que estejam executando o serviço;

5.7.1.2. Todos os profissionais envolvidos com os serviços ora em contratação devem manter sigilo sobre informações, dados e documentos integrantes dos serviços a serem prestados para a CONTRATANTE em vista de tratar-se documentação de propriedade da CONTRATANTE;

5.7.1.3. Caso haja necessidade de utilização de ferramental de propriedade da CONTRATANTE, estas somente poderão ser utilizadas em demandas da CONTRATANTE, durante a vigência do serviço, devendo a LICITANTE desinstalar o ferramental ao término do serviço, estando sujeita à auditoria e penalidades pela CONTRATANTE, quando aplicável;

5.7.1.4. Como procedimentos adicionais de segurança exigidos a LICITANTE deverá: Utilizar cópias legais de “softwares”, sistemas operacionais e quaisquer outros que sejam necessários à prestação dos serviços a serem contratados;

5.7.2. Confidencialidade:

5.7.2.1. Compromisso em não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;

5.7.2.2. Compromisso em não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-se por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por seu intermédio, e obrigando-se, assim,



a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e / ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações;

5.7.2.3. Dados e informações imputados no sistema mantido pela CONTRATADA:

5.7.2.3.1. Todos os dados são exclusivamente de propriedade da CONTRATANTE e serão disponibilizados na integralidade sempre que solicitados em formato digital e sem qualquer custo. A empresa se responsabiliza pelo mantimento e guarda segura destes dados, mas não pelo conteúdo deles;

5.7.3. Transição Contratual:

5.7.3.1. Nos 60 (sessenta) dias que precedem o término da vigência do contrato, o CONTRATANTE avaliará a possibilidade de renovação contratual. Caso seja possível e oportuna a renovação, o CONTRATANTE adotará as devidas providências. Caso não haja possibilidade ou interesse na renovação, deverá haver um esforço conjunto entre o CONTRATANTE e LICITANTE no sentido de concluir os serviços em execução e novas demandas serão abertas apenas se respeitarem o escopo de tempo e orçamento do contrato;

5.7.3.2. Em caso de rescisão contratual ou encerramento dos serviços, os dados inseridos no sistema deverão ser entregues a CONTRATANTE em formato tabular ou dump completo da base de dados.

5.7.4. Inspeções e Diligências:

5.7.4.1. O CONTRATANTE poderá, se julgar necessário, realizar inspeções e diligências a fim de se certificar de que a empresa se mantém em condições de fornecer os produtos/serviços pretendidos de acordo com a qualidade exigida pelo CONTRATANTE, devendo a LICITANTE prestar todas as informações solicitadas;

5.7.4.2. A critério do CONTRATANTE, poderão ser convocadas reuniões extraordinárias ou efetuadas visitas às dependências da LICITANTE para acompanhar ou fiscalizar o andamento dos trabalhos.

6. DAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS, MÓDULOS E FUNCIONALIDADES MÍNIMAS

6.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

6.1.1. A plataforma digital requerida será uma solução completa para a Gestão Educacional que objetiva otimizar através da tecnologia e processos inteligentes, utilizando para tanto, módulos específicos para cada uma das atividades, desde a configuração, passando pela administração e comunicação entre os envolvidos, sejam eles docentes ou discentes.

6.1.2. Deverá permitir alta interatividade da ferramenta através de aplicativos mobile, visando dar maior versatilidade e engajamento dos usuários docentes e discentes, que deverão poder interagir usando celulares ou tablets.

6.1.3. O sistema não deverá atuar somente na esfera educacional pedagógica, mas deverá atender também a perspectiva operacional, gerindo a força de mão de obra pedagógica, a gestão nutricional da merenda escolar e ainda o transporte dos alunos da rede de ensino.

6.1.4. A plataforma deverá trazer ainda as seguintes características:

6.1.4.1. O sistema deve funcionar em ambiente Web, com suporte aos browsers Chrome e Firefox.

6.1.4.2. Permitir o controle de acesso às informações e operações do sistema, através de senhas individuais e perfis de acesso atribuídos via sistema, possuindo rotinas de recuperação de acesso via e-mail.

6.1.4.3. Permitir o cadastramento de novos usuários com envio de e-mail de acesso.

6.1.4.4. Permitir o cadastramento de notícias no sistema para os usuários logados e sociedade (portal público).

6.1.4.5. Permitir informar avisos em destaque que aparecem para todos os usuários logados.

6.1.4.6. O sistema deve possuir defesas e atualizações de rotina contra-ataques de XSS (Cross-site scripting), SQL Injection e DOS (Deny of Service).

6.1.4.7. O sistema deve ser hospedado em um datacenter de alta qualidade padrão Tier 3, conforme norma TIA 942, possuindo estrutura para criação de máquinas virtuais, servidores DNS, firewalls e bancos de dados.

6.2. FUNCIONALIDADES DA PLATAFORMA

6.2.1. Módulo de Matrícula pela Sociedade

6.2.1.1. Permitir a inscrição on-line de novos estudantes através de página de acesso público com seleção de no mínimo escola / série / turno que o aluno deseja estudar, preenchimento de um formulário com dados pessoais e questionário socioeconômico configurado através do sistema.

6.2.1.2. Permitir que as informações constantes no comprovante de matrícula online sejam gerenciadas pela aplicação.

6.2.1.3. Permitir criação e manutenção do calendário de matrícula com diferentes fases, tais como: renovação de estudantes veteranos, transferências na rede e matrícula de estudantes novatos, esta última aberta ao público, ou seja, sem login e senha.

6.2.1.4. Permitir que o processo de matrícula online funcione apenas para um determinado grupo de escolas através da configuração pela aplicação.

6.2.1.5. Permitir que seja possível realizar a configuração da tabela de Idade e Séries oficial do MEC.

6.2.1.6. Permitir a manutenção do quadro de vagas da rede de ensino, possibilitando que a escola informe suas vagas por série e a secretaria de educação as homologue.

6.2.1.7. Possibilitar que a aplicação faça uma sugestão automática do quadro de vagas a partir dos dados de turmas existentes no sistema.

6.2.1.8. Possibilitar a criação de portal de pré-matrícula, permitindo que a sociedade demonstre interesse em vagas para unidades escolares específicas.

6.2.1.9. Possuir mecanismo de inteligência artificial para realizar a sugestão de matrícula de alunos oriundos do processamento de pré-matrícula.

6.2.1.10. Permitir a renovação de matrícula de estudantes veteranos, fazendo que sua matrícula seja gerada em um ano seguinte ao ano letivo de sua matrícula atual. Neste caso, a nova série de matrícula de acordo com sua situação final (aprovado ou retido).

6.2.1.11. Permitir a realização de transferências de estudantes entre as escolas da rede municipal, observando o quadro geral de vagas definidos. Nesta transferência deverá ser transferida, eletronicamente, a ficha individual e outros documentos do aluno.

6.2.1.12. Realizar a concessão de vagas de novos alunos até o limite ofertado no sistema por ordem de inscrição e com controle de concorrência.

6.2.1.13. Possibilitar a consulta e o cancelamento solicitações de: renovação de matrícula, transferências de estudantes e novos estudantes.

6.2.1.14. Permitir o gerenciamento efetivo de estudantes com necessidades especiais, podendo ser realizado o processo de matrícula em um calendário antecipado. Cada estudante com necessidade especial deverá ocupar o equivalente a 2 (duas) vagas, ou outra regra definida pelo Município.

6.2.1.15. Possuir relatórios de acompanhamento do processo de matrícula onde seja possível: consultar o quadro geral de vagas, consultar a taxa de ocupação das escolas detalhando por série / turno, listar escolas que participam da matrícula online, consultar taxa de ocupação de vagas das escolas de veteranos e novos, consultar alunos matriculados, consultar matrículas por série, consultar aprovados, consultar reprovados, consultar desistentes, consultar transferidos, consultar alunos em idade regular e fora da faixa etária, e consultar alunos portadores de necessidade especiais.

6.2.1.16. Gerar relatório de distorção de Idade e Série.

6.2.1.17. Permitir a geração de Declaração para Renovação, garantindo a renovação da matrícula dos alunos, além de obter informações dos pais ou responsáveis que realizarão transferência.

6.2.1.18. Permitir a geração do Formulário de Continuidade garantindo a pesquisa aos pais ou responsáveis que desejam mudar de unidade escolar através da continuidade, permitindo que a escola possa atender a essa demanda de forma mais eficiente.

- 6.2.1.19. Permitir a emissão da Declaração de Continuidade dos alunos que não continuarão os estudos na unidade matriculado, sendo encaminhado para outra unidade.
- 6.2.1.20. Permitir a geração do documento com o Termo de Autorização de Uso de Imagem no ato da matrícula.
- 6.2.1.21. Permitir o cadastro de informações dos Dados Médicos dos estudantes com intolerâncias, alergia, medicamentos, doenças e tipo sanguíneo.
- 6.2.1.22. Permitir geração dos relatórios específicos dos dados médicos.
- 6.2.1.23. Permitir o cadastro de informações dos Dados do Fardamento dos estudantes com tamanho de camisa, short, calça e tênis.
- 6.2.1.24. Permitir geração dos relatórios específicos dos dados de Fardamento.
- 6.2.1.25. Possibilitar a Busca Ativa online, com matrícula do aluno em sua residência.
- 6.2.1.26. Dashboard com gráficos das matrículas e vagas.

6.2.2. Cadastro Reserva

- 6.2.2.1. Permitir que novos estudantes, não contemplados com vagas no período inicial do calendário de matrículas, possam realizar a solicitação de cadastro reserva em escolas que não possuem mais vagas disponíveis pelo Portal de Matrícula Online.
- 6.2.2.2. Permitir a verificação de quais estudantes já estão matriculados na rede, informar que o estudante foi convocado para a vaga ou cancelar sua solicitação.
- 6.2.2.3. Permitir o gerenciamento de orientações para o comprovante do Cadastro Reserva.
- 6.2.2.4. Permitir a geração de relatórios com as informações do Cadastro Reserva.

6.2.3. Módulo de Diário, Turmas e processos escolares

- 6.2.3.1. Permitir a gestão completa das turmas de toda a rede municipal com cadastro e manutenção de turmas, além de gerenciamento do horário da turma, alocação de professor na turma e alocação nominal dos alunos na turma.
- 6.2.3.2. Permitir restringir o número de turmas criadas por série / turno de acordo com a quantidade de estudantes matriculados, otimizando assim o processo de criação de turmas.
- 6.2.3.3. Permitir parametrizar o número máximo e mínimo de estudantes por turma, de acordo com a série e/ou etapa de ensino através da aplicação.
- 6.2.3.4. Permitir configuração de regra da carga horária máxima para professores em turmas, sendo o sistema capaz de restringir a alocação em uma nova turma de um professor com carga horária máxima atingida.
- 6.2.3.5. Permitir a criação de turmas regulares, de turmas de progressão parcial e de atividades esportivas para qualquer escola.
- 6.2.3.6. Permitir a criação e acesso à turmas multisseriadas e multietapas, possibilitando em uma única turma matricular alunos de séries distintas da mesma etapa de ensino e com séries de etapas distintas.
- 6.2.3.7. Possibilitar a configuração de ficha de avaliação de ensino infantil com metodologia mista, ou seja, que contenha aspectos avaliativos objetivos de única escolha, bem como aspectos avaliativos subjetivos com campos de entrada de texto.
- 6.2.3.8. Permitir o gerenciamento dos números de chamada dos alunos nas turmas.
- 6.2.3.9. Possuir minimamente os seguintes relatórios ou consultas: professores por turma ou série, turmas sem professor alocado, totais de alunos por turma, listagem nominal de alunos matriculados em uma turma, turmas por escola, modalidade e nível de ensino, série, turno, disciplina e professor. Necessidade de carga horária de turmas sem professor alocado, consultar carga horária por professor.
- 6.2.3.10. Permitir criação e manutenção de um calendário escolar que determine os períodos de cada processo escolar, tais como período de realização de cada bimestre e período para criação de turmas pela escola.
- 6.2.3.11. Permitir a emissão dos diários de classe em PDF para todas as escolas, evitando assim o uso de papel.
- 6.2.3.12. Permitir a emissão de documentos, tais como Boletim do Estudante, Ata de Resultados Finais, Histórico Escolar de estudantes de qualquer escola da rede municipal, impresso ou em PDF.
- 6.2.3.13. Gerar relatórios de turmas por série.
- 6.2.3.14. Gerar relatórios de acompanhamento dos atendimentos de estudantes com necessidades especiais.
- 6.2.3.15. Possuir dashboard com informações referentes aos diários de classe e turmas.

- 6.2.3.16. Possibilitar a criação e gerenciamento do Ensino Integral, com base comum curricular e componentes complementares da parte diversificada.
- 6.2.3.17. Permitir a oferta de vagas e matrícula de estudantes no Ensino Integral.
- 6.2.3.18. Possibilitar a solicitação de Avanço de Estudos por Altas Habilidades ou com Verificação de Aprendizagem.
- 6.2.3.19. Possibilitar a Secretaria de Educação avaliar o pedido de Avanço de Estudos, gerando status de Aprovado ou Reprovado.
- 6.2.3.20. Evitar duplicidade de registros de estudantes, através da ferramenta de Unificação de Matrícula dos Estudantes.
- 6.2.3.21. Através do Acompanhamento Pedagógico, deve permitir ao professor informar o plano anual de ensino para uma determinada turma e submeter ao acompanhamento da Secretaria de Educação.
- 6.2.3.22. Através do Acompanhamento Pedagógico, deve permitir ao professor informar o plano de aula para uma determinada turma e submeter ao acompanhamento da Secretaria de Educação.
- 6.2.3.23. Através do Acompanhamento Pedagógico, deve permitir que a Secretaria de Educação e as Unidades Escolares possam emitir um relatório do acompanhamento pedagógico para cada professor.
- 6.2.3.24. Através do Acompanhamento Pedagógico, deve permitir fazer a gestão das pendências pedagógicas sobre o envio do Plano Anual de Ensino e Plano de Aula.
- 6.2.3.25. Permitir a geração do relatório de Estudantes por Turma com Assinatura.
- 6.2.3.26. Permitir o cadastro e gerenciamento do Plano Educacional Individualizado.
- 6.2.3.27. Permitir a emissão de boletins por turma em lote.
- 6.2.3.28. Dashboard com gráficos dos dados de Diários e Turmas.

6.2.4. Módulo de Gestão de Escolar da Rede Escolar

- 6.2.4.1. Permitir a manutenção dos dados das escolas da rede municipal pela aplicação.
- 6.2.4.2. Permitir a manutenção dos dados referentes ao censo escolar das escolas.
- 6.2.4.3. Permitir a geração de Ata de Resultados Finais das turmas.
- 6.2.4.4. Permitir a gestão da ficha individual de estudantes de Unidades Escolares específicas.
- 6.2.4.5. Permitir a gestão do histórico escolar do estudante no ano letivo atual e anos letivos anteriores.
- 6.2.4.6. Configurar as séries que uma escola está apta a criar turmas.
- 6.2.4.7. Permitir cadastrar notícias para as escolas ou para uma escola específica.
- 6.2.4.8. 1.2.4.8. de dados e com possibilidade de exportação dos resultados. Campos essenciais: se participa do Bolsa Família, se possui alguma NEE, faixa etária, série e tipo de evasão.
- 6.2.4.9. Possuir relatório de controle de frequência de estudantes por turma e disciplina.
- 6.2.4.10. Possuir relatórios que permitam: consultar escolas utilizando filtros relativos aos dados da escola e do Educacenso, listar todas as escolas, consultar escolas por série, infraestrutura e equipamentos da escola, quantidade de turmas abertas/fechadas.
- 6.2.4.11. Permitir importar os dados de resultados do IDEB para publicação em página de acesso público (transparência).
- 6.2.4.12. Dashboard com gráficos dos dados das Unidades Escolares.

6.2.5. Georreferenciamento de Escolas

- 6.2.5.1. O sistema deve possuir integração com biblioteca de georreferenciamento gratuita, como por exemplo, o Google Maps.
- 6.2.5.2. Deve possuir um mapa com todas as unidades escolares georreferenciadas.
- 6.2.5.3. Deve possibilitar a interação com o mapa, permitindo clicar no registro das escolas para exibição de página de acesso público com informações da escola selecionada.
- 6.2.5.4. Deve permitir a consulta de proximidade de escolas a um determinado endereço em página de acesso público.
- 6.2.5.5. Permitir traçar rotas de um endereço para uma dada escola.

6.2.6. Gestão de Recursos Humanos da Rede Escolar

- 6.2.6.1. Permitir gestão de cadastro e atualização dos dados dos Servidores da rede.
- 6.2.6.2. Permite consultar a ficha funcional de um servidor.
- 6.2.6.3. Permitir gestão de cadastro e atualização de dados de Terceirizados/Temporários.
- 6.2.6.4. Gerenciar Afastamento de Servidores.
- 6.2.6.5. Gerenciar Férias de Servidores.
- 6.2.6.6. Gerenciar Readaptação de Servidores.
- 6.2.6.7. Gerenciar Múltiplos Vínculos de Servidores.
- 6.2.6.8. Permitir alocação de servidor em funções administrativas na Secretaria e nas escolas.
- 6.2.6.9. Permitir a geração da Declaração de Transferência de Servidores.
- 6.2.6.10. Permitir a geração de Contratos e Aditivos dos servidores.
- 6.2.6.11. Permitir alocar servidor recém-contratado.
- 6.2.6.12. Relatório de formações acadêmicas do quadro.
- 6.2.6.13. Relatório de necessidade por função.
- 6.2.6.14. Relatório de necessidade de contratação.
- 6.2.6.15. Relatório de quantitativo de servidores por cargo.
- 6.2.6.16. Relatório de rol da Unidade.
- 6.2.6.17. Dashboard com gráficos dos dados dos Servidores da Educação.

6.2.7. Módulo da Secretaria Escolar

- 6.2.7.1. Permitir informar/alterar o quadro de vagas da escola para matrícula.
- 6.2.7.2. Permitir renovação de matrícula de alunos veteranos.
- 6.2.7.3. Permitir transferências de estudantes da escola para outra escola dentro da rede de ensino municipal.
- 6.2.7.4. Permitir a confirmação do comparecimento de estudantes que obtiveram vaga para a escola através da matrícula on-line.
- 6.2.7.5. Permitir impressão dos documentos de matrícula do estudante.
- 6.2.7.6. Permitir a consulta e o cancelamento de solicitações de matrículas para a escola: renovação, transferência e novos alunos.
- 6.2.7.7. Permitir alterações em turmas, tais como: o seu cancelamento, definição e alteração de horário, alocação professores e estudantes.
- 6.2.7.8. Permitir informar a frequência de turmas da escola e abonar faltas de estudante.
- 6.2.7.9. Permitir informar notas ou relatórios de competências e habilidades de turmas da escola de acordo com a série.
- 6.2.7.10. Permitir informar conteúdo ministrado para cada dia de aula de uma turma.
- 6.2.7.11. Permitir cadastro de novos estudantes na escola.
- 6.2.7.12. Permitir alterações de dados pessoais de estudantes da escola.
- 6.2.7.13. Permitir registro da evasão do estudante da escola.
- 6.2.7.14. Permitir preenchimento e emissão de ficha individual do estudante.
- 6.2.7.15. Permitir implantação de histórico de anos anteriores cursados pelo estudante.
- 6.2.7.16. Permitir emissão de histórico, boletins, mapa de frequência de estudantes matriculados na escola.
- 6.2.7.17. Possuir ficha de convocação de pais e responsáveis.
- 6.2.7.18. Informar participação dos estudantes da escola em programas como bolsa família e transporte escolar.
- 6.2.7.19. Emitir diários de classe das turmas da escola e relação de diários abertos.
- 6.2.7.20. Permitir informar dados da escola e atualizar informações do censo escolar.
- 6.2.7.21. Permitir gerenciar períodos de não funcionamento da escola por motivos de greve, desastres, reformas, etc.
- 6.2.7.22. Permitir geração do Relatório Prestação de Contas da Educação para o TCE em formato XML, filtrando por ano e mês de competência.
- 6.2.7.23. Permitir a geração de Declaração de Transferência Externa
- 6.2.7.24. Possibilitar a dispensa de unidades para um novo estudante matriculado na rede de ensino que não está acompanhado de suas avaliações anteriores ou que são incompatíveis com a realidade do município.

- 6.2.7.25. Permitir a geração de documento com a Declaração de Participação do Bolsa Família.
- 6.2.7.26. Permitir a geração de relatório de Faltas Abonadas por Turma.
- 6.2.7.27. Permitir a geração de relatório de estudantes com baixa frequência.
- 6.2.7.28. Permitir a geração de relatório de estudantes abaixo da média.
- 6.2.7.29. Permitir a geração de relatório de estudantes acima da média.
- 6.2.7.30. Permitir a geração de relatório de estudantes por Faixa Etária, Sexo e Unidades de Ensino.
- 6.2.7.31. Permitir a geração de relatório de Distribuição Material Didático (Estudantes por Série e Unidades de Ensino).
- 6.2.7.32. Permitir a geração de relatório de distribuição de turmas por escola.
- 6.2.7.33. Permitir a geração de relatório de distribuição de turmas por escola.
- 6.2.7.34. Permitir a geração de relatório Anual de Faltas.
- 6.2.7.35. Permitir a geração de relatório de estudantes em Séries Multisseriadas.
- 6.2.7.36. Dashboard com gráficos dos dados dos Estudantes e dados da Secretaria Escolar.

6.2.8. Módulo de Provas e Gabaritos

- 6.2.8.1. Permitir o cadastro, edição e visualização de um banco questões para criação de provas.
- 6.2.8.2. Permitir o cadastro, edição e visualização de provas.
- 6.2.8.3. Deve permitir que o cadastro das provas seja associado a uma área de conhecimento, disciplina e grau de complexidade.
- 6.2.8.4. Possibilitar a configuração de prova, sendo possível atribuir um título, associar a uma série, configurar a quantidade de questões, especificar a nota máxima, determinar data e horário para aplicação e liberação de resultados.
- 6.2.8.5. Possibilitar a impressão do gabarito.
- 6.2.8.6. Permitir a configuração de aplicação de provas para a rede, com quantidade de tentativas de resposta por aluno e tempo limite para responder a prova.
- 6.2.8.7. Possibilitar o registro de respostas por parte dos alunos nas provas e a correção dessas pelo sistema/professor, sendo questões objetivas e discursivas.
- 6.2.8.8. Possibilitar emitir o relatório de provas, com a quantidade de acertos e nota geral por aluno. Além de permitir a visualização de informações detalhadas sobre a prova respondida.
- 6.2.8.9. Permitir ao professor configurar provas para aplicar as turmas vinculadas utilizando questões do banco de questões.
- 6.2.8.10. Possibilitar ao professor sugerir novas questões para o banco de questões da Secretaria, sendo estas encaminhadas para aprovação antes da inserção.
- 6.2.8.11. Permitir ao aluno responder provas que são disponibilizadas pelo Professor/Rede, além de visualizar o resultado de provas já respondidas.
- 6.2.8.12. Permitir a geração de relatórios com os resultados das provas.

6.2.9. Portal de Informações Públicas e da Transparência

- 6.2.9.1. Exibir o total de estudantes do município.
- 6.2.9.2. Exibir o total de aprovações do município.
- 6.2.9.3. Exibir o total de retenções do município.
- 6.2.9.4. Permitir visualizar o total de professores do município.
- 6.2.9.5. Consultar a listagem de escolas do município.
- 6.2.9.6. Exibir dados gerais das disciplinas.
- 6.2.9.7. Exibir dados gerais dos professores do município.
- 6.2.9.8. Exibir IDEB das escolas do município.
- 6.2.9.9. Permitir que o aluno faça a matrícula online através do portal público, ou seja, sem login e senha.
- 6.2.9.10. Permitir autenticar documentos gerados pelo sistema através de código único.

6.2.10. Módulo de Integração com o Educacenso

- 6.2.10.1. Permitir o gerenciamento de informações do Educacenso, tais como: o local de funcionamento da escola, localização zona e forma de ocupação de prédio que serão exibidas nos formulários.
- 6.2.10.2. Permitir criação e manutenção de um calendário que determine os períodos de cada processo do Educacenso, tais como preenchimento de dados referentes às escolas.
- 6.2.10.3. Emitir relatório de escolas que não atualizaram suas informações referentes ao CENSO.
- 6.2.10.4. Emitir relatório de estudantes por escola participante do Educacenso.
- 6.2.10.5. Permitir gerar arquivo de exportação dos dados para o Educacenso.
- 6.2.10.6. Emitir relatório com a formação dos Servidores.
- 6.2.10.7. Permitir que as escolas preencham formulário atualizando seus dados que serão utilizados no Educacenso.
- 6.2.10.8. Permitir que as escolas preencham formulário atualizando as informações referentes aos seus alunos, inclusive aqueles que utilizam transporte escolar.

6.2.11. Módulo Gestão de Estudantes

- 6.2.11.1. Permitir o cadastro de alunos na rede municipal.
- 6.2.11.2. Permitir consulta geral de alunos de todas as escolas da rede municipal.
- 6.2.11.3. Permitir gerar Ficha de Matrícula do Estudante.
- 6.2.11.4. Permitir gerar Declaração dos Pais para impressão.
- 6.2.11.5. Permitir gerar o Atestado de Matrícula.
- 6.2.11.6. Permitir gerar a Declaração de Conclusão do Estudante.
- 6.2.11.7. Permitir gerar Declaração de Transferência.

6.2.12. Módulo Acesso do Professor

- 6.2.12.1. Permitir inserir notas para os alunos das turmas que o professor leciona.
- 6.2.12.2. Permitir inserir notas com interface responsiva, ou seja, se adaptar para celulares e tablets.
- 6.2.12.3. Permitir inserir frequência para os alunos das turmas que o professor leciona.
- 6.2.12.4. Permitir emitir diário de classe das turmas que o professor leciona.
- 6.2.12.5. Permitir informar o conteúdo que foi ministrado para os alunos em suas turmas.
- 6.2.12.6. Permitir informar as competências e habilidades para os alunos de séries iniciais que não possuem avaliação por nota.
- 6.2.12.7. Permitir gerenciar mapa de frequência.
- 6.2.12.8. Permitir visualizar os horários do professor.
- 6.2.12.9. Permitir visualizar o calendário da escola.

6.2.13. Módulo Alimentação e Estoque Escolar

- 6.2.13.1. Permitir cadastro e manutenção de Gêneros Alimentícios.
- 6.2.13.2. Permitir a geração do Relatório de Gêneros Alimentícios.
- 6.2.13.3. Permitir o gerenciamento das Unidades de Medida.
- 6.2.13.4. Permitir o cadastro e manutenção de nutricionistas.
- 6.2.13.5. Permitir o cadastro e manutenção de cardápios.
- 6.2.13.6. Permitir configurar repasse de Valores para alimentação nas escolas.
- 6.2.13.7. Permitir o cadastro e manutenção de Tabela Nutricional.
- 6.2.13.8. Permitir o cadastro e manutenção de Ficha Técnica.
- 6.2.13.9. Permitir o cadastro e manutenção de Nutrientes.
- 6.2.13.10. Permitir configurar o fluxo de repasse dos recursos da merenda escolar pela aplicação.
- 6.2.13.11. Permitir o gerenciamento de Refeição/Horário.
- 6.2.13.12. Permitir o gerenciamento de Nutrientes de referência para FNDE.
- 6.2.13.13. Permitir Cadastrar a Entrada de Produtos no Estoque.
- 6.2.13.14. Permitir Cadastrar a Saída de Produtos no Estoque.
- 6.2.13.15. Permitir Cadastrar a Origem de Produtos no Estoque.



- 6.2.13.16. Permitir que as escolas possam solicitar alimentos faltantes para a Secretaria de Educação.
- 6.2.13.17. Permitir a geração de Relatório de Quantitativo do Estoque.
- 6.2.13.18. Permitir a geração de Relatório de Movimentações do Estoque.
- 6.2.13.19. Dashboard com gráficos dos dados da Alimentação Escolar e Estoque.

6.2.14. Módulo Transporte Escolar

- 6.2.14.1. Permitir o cadastro de Empresas prestadoras de serviço com CNPJ, Razão Social e Nome Fantasia.
- 6.2.14.2. Permitir o cadastro de Contratos associados a empresas prestadoras de serviço com Empresa, Número do Contrato e Vigência.
- 6.2.14.3. Permitir o cadastro de Motoristas associados a contratos e empresas prestadoras de serviço com Empresa, Contrato, Nome, CPF, CNH, Categoria da CNH, Telefone Residencial e Celular, Anos de Experiência, Anexo da Carteira de Habilitação e Curso de Certificação.
- 6.2.14.4. Permitir o cadastro de Veículos com Marca, Modelo, Capacidade, Tração, Porte, Ano de Fabricação, Ano do Modelo, Chassi, Fabricante, Placa, Documentação, Dados da Cessão Vigente do Veículo e Fotos do Veículo.
- 6.2.14.5. Permitir o cadastro de Vistorias dos veículos com associação ao veículo cadastrado, Data da Vistoria, Vistoriador, Anexo do Laudo do DETRAN e apontar os locais de Mossa e Arranhão.
- 6.2.14.6. Permitir o gerenciamento dos motivos de Cessão de Veículos.
- 6.2.14.7. Permitir o cadastro e gerenciamento de rotas, associando veículos, motoristas e estudantes.
- 6.2.14.8. Permitir o cadastro e gerenciamento de Embarcações como veículos separados.
- 6.2.14.9. Permitir a geração de relatórios de estudantes transportados e não transportados.
- 6.2.14.10. Permitir a geração de relatórios gerais de rotas.
- 6.2.14.11. Permitir a geração de relatórios de vencimento do curso e CNH.
- 6.2.14.12. Permitir a geração de relatórios de empresas, contratos, veículos e motoristas.
- 6.2.14.13. Dashboard com gráficos dos dados do Transporte Escolar.

6.2.15. Módulo de Biblioteca

- 6.2.15.1. Permitir o gerenciamento de Bibliotecas com a possibilidade de criar várias bibliotecas.
- 6.2.15.2. Permitir o gerenciamento do acervo das Bibliotecas, com inclusões, baixas, substituições e remoções.
- 6.2.15.3. Deve permitir a utilização do padrão MARC21 para catalogação do acervo bibliográfico.
- 6.2.15.4. Permitir o gerenciamento da circulação de material do acervo, com controle de empréstimos e sanções.
- 6.2.15.5. Emitir relatórios de gestão para verificação de históricos de movimentação, empréstimos e usuários.
- 6.2.15.6. Permitir o gerenciamento de materiais de Exemplares.
- 6.2.15.7. Permitir o gerenciamento de materiais de Fascículos.
- 6.2.15.8. Permitir punições por Multas.
- 6.2.15.9. Permitir punições por Suspensões.

6.2.16. Módulo Acesso do Aluno

- 6.2.16.1. Permitir imprimir atestado de matrícula.
- 6.2.16.2. Permitir imprimir boletim.
- 6.2.16.3. Permitir imprimir histórico escolar.
- 6.2.16.4. Permitir visualizar calendário da escola que está matriculado.
- 6.2.16.5. Permitir visualizar a sua frequência
- 6.2.16.6. Permitir visualizar as datas das provas marcadas nas turmas que está matriculado.
- 6.2.16.7. Permitir o envio de comunicação para coordenação pedagógica da escola.
- 6.2.16.8. Permitir visualizar horários das turmas que o aluno está matriculado.

6.2.17. Módulo Comunicação com os Usuários

- 6.2.17.1. Permitir o gerenciamento de notícias nas escolas.
- 6.2.17.2. . Permitir o gerenciamento de notícias para grupos de usuários específicos.

6.2.17.3. Permitir o envio de notificações por e-mail para grupos específicos de usuários.

6.2.17.4. Permitir que as escolas abram chamados com ocorrências do sistema diretamente pela aplicação.

6.2.18. Módulo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

6.2.18.1. Permitir ao professor adicionar o conteúdo programático da turma.

6.2.18.2. Permitir ao professor visualizar os alunos matriculados no AVA, integrados com a turma no diário de classe.

6.2.18.3. Permitir ao professor adicionar materiais de estudo, tais como arquivos (PDF, PPT, etc), arquivos de imagem (JPEG, PNG, etc) e vídeos (YouTube, MP4, etc).

6.2.18.4. Permitir ao professor criar tarefas para os alunos interagirem, enviando respostas, arquivos de resposta e respondendo questionários, seja individual ou em grupo.

6.2.18.5. Permitir ao professor criar uma chamada via webconferência pela própria tela do sistema.

6.2.18.6. Permitir ao professor adicionar notícias para a turma.

6.2.18.7. Permitir o uso de fóruns para interação da turma.

6.2.18.8. Permitir ao professor inserir referências bibliográficas para consulta dos alunos.

6.2.18.9. . Permitir que tanto o professor quanto o aluno possam acessar o AVA, em modo visualização, mesmo depois da turma ter sido encerrada.

6.2.18.10. Permitir ao aluno o acesso a todas as informações supracitadas.

6.2.19. Módulo Acesso do Familiar

6.2.19.1. Permitir cadastrar-se como responsável por um aluno.

6.2.19.2. Permitir o familiar acompanhar seu desempenho do aluno.

6.2.19.3. Permitir o familiar emitir visualizar a frequência do aluno.

6.2.19.4. Permitir o familiar visualizar observações informadas pela escola.

6.2.19.5. Permitir visualizar as competências e habilidades de um aluno cadastradas por um professor, nos casos dos anos iniciais.

6.2.19.6. Permitir o acesso ao boletim escolar do aluno.

6.2.19.7. Permitir o acesso às matérias.

6.2.19.8. Permitir o acesso a informações de professores.

6.2.19.9. Permitir o acesso aos horários de aulas.

6.2.19.10. Permitir que o Pai ou Responsável acesse o Portal do Familiar e realize a Transferência por Interesse Próprio do estudante de forma online.

6.2.19.11. Permitir que o Pai ou Responsável acesse o Portal do Familiar e realize a Renovação de Matrícula do estudante de forma online.

6.2.19.12. Permitir acesso à ferramenta de Histórico Escolar.

6.2.19.13. Permitir acesso à ferramenta de Documentos de Declaração

6.2.19.14. Permitir acesso à ferramenta de Calendário Letivo.

6.2.19.15. Permitir acesso à ferramenta de Calendário de Provas.

6.2.19.16. Permitir acesso à ferramenta de Avisos.

6.2.20. Aplicativo Móvel do Professor

6.2.20.1. Possuir aplicativo móvel para acesso na plataforma Android para tablets e celulares.

6.2.20.2. Permitir ao professor visualizar as suas turmas.

6.2.20.3. Permitir ao professor cadastrar aulas de suas turmas.

6.2.20.4. Permitir ao professor notas de suas turmas online e offline.

6.2.20.5. Permitir ao professor frequências de suas turmas online e offline.

6.2.20.6. Permitir ao professor o lançamento de conteúdos ministrados.

6.2.21. Aplicativo Móvel do Estudante

6.2.21.1. Possuir aplicativo móvel para acesso na plataforma Android para tablets e celulares.

- 6.2.21.2. Permitir ao aluno visualizar suas turmas.
- 6.2.21.3. Permitir ao aluno visualizar suas frequências.
- 6.2.21.4. Permitir ao aluno visualizar suas notas.
- 6.2.21.5. Permitir ao aluno visualizar as matérias cursadas.
- 6.2.21.6. Permitir ao aluno visualizar seus horários de aula.
- 6.2.21.7. Permitir ao aluno visualizar os conteúdos didáticos.
- 6.2.21.8. Permitir ao aluno visualizar o Boletim.
- 6.2.21.9. Permitir acesso por aplicativo móvel à ferramenta de Histórico Escolar.
- 6.2.21.10. Permitir acesso por aplicativo móvel à ferramenta de Documentos de Declaração.
- 6.2.21.11. Permitir acesso por aplicativo móvel à ferramenta de Calendário Letivo.

6.2.22. Aplicativo Móvel dos Pais/Responsáveis

- 6.2.22.1. Possuir aplicativo móvel para acesso na plataforma Android para tablets e celulares.
- 6.2.22.2. Permitir ao pai/responsável do aluno visualizar as turmas do aluno.
- 6.2.22.3. Permitir ao pai/responsável do aluno visualizar a frequência do aluno.
- 6.2.22.4. Permitir ao pai/responsável do aluno visualizar as notas do aluno.
- 6.2.22.5. Permitir ao pai/responsável do aluno visualizar as matérias cursadas do aluno.
- 6.2.22.6. Permitir ao pai/responsável do aluno visualizar os horários de aula do aluno.
- 6.2.22.7. Permitir ao pai/responsável do aluno visualizar o boletim do aluno.

6.2.23. Frequência com Reconhecimento Facial

- 6.2.23.1. Permitir integração com equipamentos de reconhecimento facial, recebendo a informação do reconhecimento facial do aluno e registrando a frequência no diário de classe.
- 6.2.23.2. O sistema deverá registrar cada reconhecimento do estudante, mas registrar apenas a frequência uma vez.
- 6.2.23.3. Fornecer interface na aplicação para consultar os reconhecimentos faciais realizados, especificando data, hora, equipamento e foto.
- 6.2.23.4. Possuir endpoint para receber a informação do equipamento através de um WebHook (endpoint do lado do servidor).

6.2.24. Inteligência Artificial / Previsões

- 6.2.24.1. Fornecer relatório de previsão de evasão analítico, indicando os alunos que podem evadir no ano escolar atual, indicando sua probabilidade (Média, Alta ou Muito Alta) e podendo filtrar por Escola.
- 6.2.24.2. Fornecer relatório de previsão de evasão sintético, indicando todas as escolas e a quantidade de alunos que podem evadir no ano escolar atual, filtrando por sua probabilidade (Média, Alta ou Muito Alta).

6.2.25. Módulo Diagnóstico de Alfabetização da Rede

- 6.2.25.1. Permitir a avaliação e acompanhamento da alfabetização dos estudantes, com o objetivo de medir suas habilidades em escrita, leitura e produção textual.
- 6.2.25.2. Permitir a configuração do Período de Avaliações.
- 6.2.25.3. Permitir que o professor informe o diagnóstico de níveis de leitura, escrita e textual dos estudantes.
- 6.2.25.4. Permitir atualização instantânea do Quadro de Diagnóstico de Alfabetização com quantidade e porcentagem dos avaliados, alfabetizados e números desejáveis.
- 6.2.25.5. Permitir a geração de relatórios com os resultados das avaliações gerais, por nível, consolidado da rede.
- 6.2.25.6. Geração de dashboards com os dados do Quadro do Diagnóstico de Alfabetização.

6.2.26. Módulo Monitoramento da Educação

- 6.2.26.1. Permitir ao Gestor Municipal o monitoramento da educação através de Dashboards e Gráficos em 3D com indicadores de Matrículas, Estudantes, Séries, Vagas, Servidores, Notas e Unidades de Ensino.

6.2.27. Módulo de e-Learning

- 6.2.27.1. Permitir à Secretaria de Educação disponibilizar um ambiente com cursos e trilhas de conhecimento.
- 6.2.27.2. Permitir à Secretaria de Educação disponibilizar certificado na conclusão do curso.
- 6.2.27.3. Permitir à Secretaria de Educação gerenciar os cursos em vídeos, textos, pdfs ou questionários.
- 6.2.27.4. Permitir à Secretaria de Educação acompanhar o andamento e aproveitamento dos cursos disponibilizados.

6.2.28. Portal da Gestão Escolar

- 6.2.28.1. Permitir que os diretores e secretários escolares possam gerenciar as funções de Recursos Humanos da sua escola.
- 6.2.28.2. Permitir que os diretores e secretários escolares possam gerenciar as funções de Matrícula da sua escola.
- 6.2.28.3. Permitir que os diretores e secretários escolares possam gerenciar as funções das Turmas da sua escola.
- 6.2.28.4. Permitir que os diretores e secretários escolares possam gerenciar as funções dos Estudantes da sua escola.
- 6.2.28.5. Permitir que os diretores e secretários escolares possam gerenciar as funções de Diário de Classe da sua escola.
- 6.2.28.6. Dashboard com gráficos dos dados da Unidade Escolar.

7. DO MODELO DE EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. DA DINÂMICA DA EXECUÇÃO E PAGAMENTO

- 7.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.3. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 7.5. A dinâmica de pagamento ocorrerá conforme descrito a seguir:
 - 7.5.1. O item 1 será de execução, faturamento e desembolso único após sua realização, que contemplará o serviço em toda a rede de ensino (226 unidades de ensino).
 - 7.5.2. O item 2 será de natureza contínua, representando o custo dos serviços mensais na vigência do contrato para o atendimento a 226 unidades de ensino.
 - 7.5.3. O item 3 será por demanda, sem garantia de consumo mínimo, caso não demandado pela CONTRATANTE não será faturado.

7.6. DA FISCALIZAÇÃO

- 7.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.
- 7.6.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 7.6.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- 7.6.4. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
- 7.6.5. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço e/ou fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.

7.6.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de produtos nela empregados.

7.6.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

7.6.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

7.6.9. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º do art. 121 da Lei 14.133/2021.

7.7. DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS

7.7.1. Garantia de SLA (Acordo de nível de serviço) para atendimento e no mínimo 98% de disponibilidade e uptime do sistema - a serem publicamente disponibilizado em uma página de status.

7.7.2. Para respeitar os requisitos mínimos de níveis de serviços, as indisponibilidades devem ser sanadas de acordo respeitando os seguintes padrões:

7.7.2.1. Prazo máximo para resolução de um erro em produção de baixa severidade: 72 (setenta e duas) horas úteis;

7.7.2.2. Prazo máximo para resolução de um erro em produção de média severidade: 48 (quarenta e oito) horas úteis;

7.7.2.3. Prazo máximo para resolução de um erro em produção de alta severidade: 24 (vinte e quatro) horas úteis;

7.7.2.4. Prazo máximo para resolução de um erro crítico/bloqueante em produção: 24 (vinte e quatro) horas úteis.

7.8. DOS PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

7.8.1. Obrigações da Contratada:

7.8.1.1. Sem prejuízo das obrigações constantes na Lei nº 14.133/21 caberá, à Contratada:

7.8.1.2. O contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 121, da Lei nº 14.133/21;

7.8.1.3. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, nos termos do art. 120, da Lei 14.133/21;

7.8.1.4. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem necessários nos serviços, conforme disposto no art. 125, da Lei nº 14.133/21;

7.8.1.5. Prestar os serviços rigorosamente de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, obedecidos aos critérios predeterminados;

7.8.1.6. Obriga-se a Contratada a manter-se, durante toda a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas bem como com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na ocasião da licitação.

7.8.2. Obrigações da contratante:

7.8.2.1. O regime jurídico que rege este termo confere ao Município as prerrogativas constantes do art. 104, da Lei nº 14.133/21, as quais são reconhecidas pela contratada;

7.8.2.2. A contratante obriga-se a:

7.8.2.3. Exercer a fiscalização dos serviços contratos.



7.8.2.4. Efetuar os pagamentos pelos serviços efetivamente prestados, a partir do seu adimplemento, dentro do prazo estabelecido em edital.

7.8.2.5. Facilitar, por todos os meios, o exercício das funções da contratada, dando-lhe acesso às suas instalações quando necessário, promovendo o bom entendimento entre seus servidores e os empregados da contratada e cumprindo suas obrigações estabelecidas no Contrato; e

7.8.2.6. Prestar aos colaboradores da contratada informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços contratados.

8. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. Chegou-se ao valor estimado da contratação a partir do preço médio obtidos na pesquisa de preços, multiplicados pelo quantitativo demandado.

9. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.2. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

9.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.2.2. Habilitação Jurídica

9.2.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional; OU

9.2.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; OU

9.2.2.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; OU

9.2.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; OU

9.2.2.5. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil; OU

9.2.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; OU

9.2.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz; OU

9.2.2.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

9.2.2.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.3. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista



9.2.3.1. A Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.2.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

9.2.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.2.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.2.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.2.3.6. Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.2.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.2.3.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.2.3.9. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

9.2.4. Qualificação Econômico-Financeira

9.2.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.2.4.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis, dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.2.4.3. O Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis deverão ser acompanhados de cópia dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, devendo tanto o balanço e demais demonstrações quanto os termos serem apresentados na forma da lei e serem assinados por profissional de contabilidade registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa.

9.2.4.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor a ser contratado, com base em sua proposta.

9.2.4.5. As Demonstrações Contábeis deverão ser “apresentadas na forma da Lei”, nas seguintes situações e condições, de acordo com a legislação aplicável, natureza jurídica da licitante e regime tributário a cada caso, e previsto neste instrumento convocatório, devendo observar e apresentar, nos termos conforme a seguir:

9.2.4.5.1. Registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante e/ou em outro órgão equivalente, ou;

9.2.4.5.2. Na forma do Sistema de Escrituração Pública Digital - SPED, instituído pelo Decreto Federal nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, acompanhado da cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital - SPED CONTÁBIL, nos termos de Instrução Normativa editada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, ou;



9.2.4.5.3. Publicados na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal, ou outro jornal de grande circulação da sede ou domicílio do licitante, conforme art. 289 da Lei Federal nº 6.404/1976, ou em meio eletrônico, conforme exceção legal prevista para sociedades anônimas de capital fechado.

9.2.4.5.3.1. As sociedades regidas pela Lei nº 6.404/1976 (sociedades anônimas), deverão apresentar o Balanço Patrimonial em conformidade com a referida Lei, e, estando sujeitas à Escrituração Digital Eletrônica (ECD), também ficarão sujeitas à apresentação das informações extraídas do SPED Contábil.

9.2.4.6. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.2.4.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, o qual deverá ser devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante e/ou em outro órgão equivalente;

9.2.4.8. O atendimento dos índices econômicos previstos no item acima deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.2.5. Qualificação Técnica

9.2.5.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.2.5.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.2.5.2.1. Apresentar, pelo menos, 01 (um) ou mais Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que a LICITANTE fornece ou forneceu Serviços Técnicos Especializados, para fornecimento de Sistema de Gestão Educacional como serviços (SAAS – Software as a Service), compreendo os serviços de instalação (configuração, implantação, treinamento), hospedagem, sustentação, customização e suporte técnico de sistema de gestão educacional, contendo no mínimo o seguinte:

- a) Ter prestado serviços de implantação, hospedagem em datacenter de sua responsabilidade, sustentação, customização e suporte técnico em Sistema de Gestão Educacional, via email e atendimento telefônico;
- b) Solução WEB e responsiva, com aplicativos mobiles para pais (família), alunos e professores com fornecimento de manuais de utilização da solução;
- c) Que a solução conta com Integração com o Educacenso do Ministério da Educação e Cultura – MEC;
- d) Que a solução faça gestão do transporte escolar e a alimentação dos estudantes (nutrição);

9.2.6. Os atestados deverão referir-se ao objeto no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente. Atestados que não respeitem esse critério serão desconsiderados.

9.2.7. Os atestados apresentados devem ser em papel timbrado do cliente da Licitante, conter nome, cargo/função, telefone e e-mail do contato do signatário para que a CONTRATANTE possa manter contato para esclarecimentos e/ou diligências para o melhor entendimento ou atestar a veracidade das informações constantes;

9.2.8. Os atestados expedidos por pessoa jurídica de direito privado, obrigatoriamente, deverão vir com firma reconhecida. Estes atestados devem ser de empresas que não sejam do mesmo grupo empresarial da LICITANTE, Atestados que não respeitem esses critérios serão desconsiderados;

9.2.9. Além das informações acima, poderão ser solicitadas cópias de contratos, aditivos, termos de referência e notas fiscais relativos aos atestados apresentados, para complementar a análise para efetiva comprovação e aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação.

9.2.10. DECLARAÇÃO expressa da licitante devidamente assinada por seu representante legal, carimbada e em papel timbrado registrando que têm ciência e entendimento de todas as especificações descritas neste termo de referência, inclusive, qualificação técnica, e que desde já CONCORDA com eventuais diligências

e/ou visitas da comissão em suas instalações para possíveis averiguações de seu potencial técnico caso, a egrégia comissão julgadora deste certame veja como necessário para a melhor segurança de julgamento.

9.2.11. **DECLARAÇÃO** expressa da licitante devidamente assinada por seu representante legal, carimbada e em papel timbrado registrando que o sistema ofertado será preparado, configurado e hospedado em datacenter TIER 3, disponibilizando endereço de internet próprio, disponível para uso, em até 30 dias corridos após a assinatura do contrato.

9.2.12. Amostra – Prova de Conformidade

9.2.12.1. A LICITANTE vencedora da etapa de lances e documentalmente habilitada segundo os critérios já definidos no edital e seus anexos, para concluir sua habilitação deverá disponibilizar técnicos para efetuar apresentações e/ou eventos para demonstração dos sistemas propostos, rodando nas instalações da CONTRATANTE sistemas, módulos e funcionalidades conforme AMOSTRA para a aprovação dos servidores da CONTRATANTE de acordo com o descrito neste termo de referência, em locais previamente definidos pelo setor da responsável pela operação do sistema a ser contratado, no prazo máximo de 48 horas após a convocação da comissão, sob pena de desclassificação da LICITANTE caso a mesma não compareça.

9.2.12.2. Todos os documentos e comprovações, cujas impressões sejam oriundas da verificação de conformidade do objeto (prova de conformidade) serão anexados ao processo que originou esta licitação.

9.2.12.3. As LICITANTES ficam autorizadas a realizar visita técnica anterior ao certame, ou solicitar informações complementares acerca das funcionalidades e trâmites propostos, AMOSTRA, ROTEIRO, PROCEDIMENTO e REGISTRO ou quaisquer mais informações para seu melhor entendimento da PROVA DE CONFORMIDADE.

9.2.12.4. A comissão de avaliação formada por funcionários públicos indicados pela CONTRATANTE agendará e assistirá a demonstração e verificará a conformidade da plataforma proposta com o termo de referência.

9.2.12.5. A LICITANTE deverá disponibilizar um ou mais representantes técnicos qualificados para operar os aplicativos e realizar as operações demandadas pela Comissão Avaliadora.

9.2.12.6. A LICITANTE deverá comunicar à CONTRATANTE, com pelo menos um dia útil de antecedência, o quantitativo e os dados funcionais (nome completo, identidade, matrícula, função) dos profissionais que alocará durante a realização da prova de conceito.

9.2.12.7. Para a realização da prova de conceito, a LICITANTE deverá dispor da infraestrutura de hardware e software necessários à apresentação, massa de dados e bases de dados necessárias às comprovações dos atendimentos aos requisitos da amostra.

9.2.12.8. A demonstração do sistema deverá ser realizada em infraestrutura na nuvem, nas reais condições de uso requeridas neste Termo de Referência. A não comprovação da hospedagem em nuvem para início da demonstração ocasionará a desclassificação da LICITANTE.

9.2.12.9. A LICITANTE deverá disponibilizar massa de dados necessária às comprovações dos atendimentos aos requisitos requeridos. A CONTRATANTE disponibilizará um link de dados (internet) para demonstração.

9.2.12.10. A prova de conceito será realizada nas instalações da CONTRATANTE, terá duração máxima de 02 (dois) dias úteis.

9.2.12.11. A LICITANTE deverá realizar os seguintes fluxos (AMOSTRA) para comprovar que o sistema ofertado atende as necessidades desta CONTRATANTE, sendo esse um recorte mínimo, ou seja, uma amostra que permita que a LICITANTE tenha minimamente a condição de demonstrar, configurar, implantar, hospedar, sustentar e dar suporte um sistema dessa natureza, sendo o ROTEIRO a sequência lógica definida pela equipe técnica conforme tabela disposta no APÊNDICE II.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

10.2. Esta licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a autoridade competente revogá-la por razões de interesse público, anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros,



mediante decisão devidamente fundamentada, sem quaisquer reclamações ou direitos à indenização ou reembolso.

10.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente de funcionamento do CODEMP/PB, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

10.4. Todas as referências de tempo no Edital e seus anexos, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

10.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste Edital se iniciam e se vencem somente em dias úteis.

10.6. Em caso de divergência entre as disposições deste termo de referência e o edital ou demais anexos ou documentos que compõem o processo, prevalecerá as deste termo de referência.

10.7. Sob o pálio do art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/21, fica eleito o foro da Comarca de Catolé do Rocha-PB, como competente, para dirimir dúvidas ou controvérsias decorrentes da execução do Contrato.

11. DOS ANEXOS E APÊNDICES

11.1. São partes integrantes deste Termo de Referência os seguintes documentos:

- a) APÊNDICE I – Modelo de Proposta de Preços.
- b) APÊNDICE II – Roteiro da Prova de Conceito.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00002/2026

APÊNDICE I (Termo de Referência)- Modelo de Proposta

PROPOSTA

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00002/2026

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a formação de Registro de Preços para possível Contratação de Serviços Técnicos Especializados especializada para fornecimento de Sistema de Gestão Educacional como serviços (SAAS – Software as a Service), com serviços de licenciamento, hospedagem, consultoria, configuração, implantação, treinamento e suporte técnico de sistemas, para provimento de processos educacionais, plataforma de gestão e operação dos macroprocessos da Secretaria para otimização operacional e gerencial das informações e processos, no intuito de integrar, modernizar, promover melhoria contínua e gerar eficiência toda a rede de ensino dos municípios integrantes do CODEMP/PB.

PROPONENTE:

CNPJ:

Prezados Senhores,

Nos termos da licitação em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	Implantação, Configuração Treinamento (*)	Serviço	226	R\$	-	R\$
2	Sustentação, Suporte Técnico e Hospedagem (**)	Escola/Mês	226	R\$	R\$	R\$
3	Migrações e Customizações (***)	UST	4.000	R\$	-	R\$
TOTAL						R\$

O item 1 será de execução, faturamento e desembolso único após sua realização, que contemplará o serviço em toda a rede de ensino (226 unidades de ensino).

O item 2 será de natureza contínua, representando o custo dos serviços mensais na vigência do contrato para o atendimento a 226 unidades de ensino.

O item 3 será por demanda, sem garantia de consumo mínimo, caso não demandado pela CONTRATANTE não será faturado.

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - R\$

PRAZO DE ENTREGA:

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

VALIDADE DESTA PROPOSTA:

Dados bancários do proponente para fins de pagamento:

Banco:



Conta:
Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a proposta deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00002/2026

APÊNDICE II (Termo de Referência) - PROVA DE CONCORMIDADE (ROTEIRO)

Nº ITEM	CARACTERÍSTICAS QUE DEVEM SER ATENDIDAS PELO SISTEMA E DEMONSTRADAS NA PROVA DE CONCEITO		
	Módulo de Matrícula pela Sociedade	Atende	Não Atende
1.	Permitir a inscrição on-line de novos estudantes através de página de acesso público com seleção de no mínimo escola / série / turno que o aluno deseja estudar, preenchimento de um formulário com dados pessoais e questionário socioeconômico configurado através do sistema.		
2.	Permitir que as informações constantes no comprovante de matrícula online sejam gerenciadas pela aplicação.		
3.	Permitir criação e manutenção do calendário de matrícula com diferentes fases, tais como: renovação de estudantes veteranos, transferências na rede e matrícula de estudantes novatos, esta última aberta ao público, ou seja, sem login e senha.		
4.	Permitir que o processo de matrícula online funcione apenas para um determinado grupo de escolas através da configuração pela aplicação.		
5.	Permitir que seja possível realizar a configuração da tabela de Idade e Séries oficial do MEC.		
6.	Permitir a manutenção do quadro de vagas da rede de ensino, possibilitando que a escola informe suas vagas por série e a secretaria de educação as homologue.		
7.	Possibilitar que a aplicação faça uma sugestão automática do quadro de vagas a partir dos dados de turmas existentes no sistema.		
8.	Possibilitar a criação de portal de pré-matrícula, permitindo que a sociedade demonstre interesse em vagas para unidades escolares específicas.		
9.	Possuir mecanismo de inteligência artificial para realizar a sugestão de matrícula de alunos oriundos do processamento de pré-matrícula.		
10.	Permitir a renovação de matrícula de estudantes veteranos, fazendo que sua matrícula seja gerada em um ano seguinte ao ano letivo de sua matrícula atual. Neste caso, a nova série de matrícula de acordo com sua situação final (aprovado ou retido).		
11.	Permitir a realização de transferências de estudantes entre as escolas da rede municipal, observando o quadro geral de vagas definidos. Nesta transferência deverá ser transferida, eletronicamente, a ficha individual e outros documentos do aluno.		

12.	Realizar a concessão de vagas de novos alunos até o limite ofertado no sistema por ordem de inscrição e com controle de concorrência.		
13.	Possibilitar a consulta e o cancelamento solicitações de: renovação de matrícula, transferências de estudantes e novos estudantes.		
14.	Permitir o gerenciamento efetivo de estudantes com necessidades especiais, podendo ser realizado o processo de matrícula em um calendário antecipado. Cada estudante com necessidade especial deverá ocupar o equivalente a 2 (duas) vagas, ou outra regra definida pelo Município.		
15.	Possuir relatórios de acompanhamento do processo de matrícula onde seja possível: consultar o quadro geral de vagas, consultar a taxa de ocupação das escolas detalhando por série / turno, listar escolas que participam da matrícula online, consultar taxa de ocupação de vagas das escolas de veteranos e novos, consultar alunos matriculados, consultar matrículas por série, consultar aprovados, consultar reprovados, consultar desistentes, consultar transferidos, consultar alunos em idade regular e fora da faixa etária, e consultar alunos portadores de necessidade especiais.		
16.	Gerar relatório de distorção de Idade e Série.		
17.	Permitir a geração de Declaração para Renovação, garantindo a renovação da matrícula dos alunos, além de obter informações dos pais ou responsáveis que realizarão transferência.		
18.	Permitir a geração do Formulário de Continuidade garantindo a pesquisa aos pais ou responsáveis que desejam mudar de unidade escolar através da continuidade, permitindo que a escola possa atender a essa demanda de forma mais eficiente.		
19.	Permitir a emissão da Declaração de Continuidade dos alunos que não continuarão os estudos na unidade matriculado, sendo encaminhado para outra unidade.		
20.	Permitir a geração do documento com o Termo de Autorização de Uso de Imagem no ato da matrícula.		
21.	Permitir o cadastro de informações dos Dados Médicos dos estudantes com intolerâncias, alergia, medicamentos, doenças e tipo sanguíneo.		
22.	Permitir geração dos relatórios específicos dos dados médicos.		
23.	Permitir o cadastro de informações dos Dados do Fardamento dos estudantes com tamanho de camisa, short, calça e tênis.		
24.	Permitir geração dos relatórios específicos dos dados de Fardamento.		
25.	Possibilitar a Busca Ativa online, com matrícula do aluno em sua residência.		
26.	Dashboard com gráficos das matrículas e vagas.		



CODEMP
UNIÃO PARA
O PROGRESSO

Cadastro Reserva			
27.	Permitir que novos estudantes, não contemplados com vagas no período inicial do calendário de matrículas, possam realizar a solicitação de cadastro reserva em escolas que não possuem mais vagas disponíveis pelo Portal de Matrícula Online.		
28.	Permitir a verificação de quais estudantes já estão matriculados na rede, informar que o estudante foi convocado para a vaga ou cancelar sua solicitação.		
29.	Permitir o gerenciamento de orientações para o comprovante do Cadastro Reserva.		
30.	Permitir a geração de relatórios com as informações do Cadastro Reserva.		
Módulo de Diário, Turmas e processos escolares			
31.	Permitir a gestão completa das turmas de toda a rede municipal com cadastro e manutenção de turmas, além de gerenciamento do horário da turma, alocação de professor na turma e alocação nominal dos alunos na turma.		
32.	Permitir restringir o número de turmas criadas por série / turno de acordo com a quantidade de estudantes matriculados, otimizando assim o processo de criação de turmas.		
33.	Permitir parametrizar o número máximo e mínimo de estudantes por turma, de acordo com a série e/ou etapa de ensino através da aplicação.		
34.	Permitir configuração de regra da carga horária máxima para professores em turmas, sendo o sistema capaz de restringir a alocação em uma nova turma de um professor com carga horária máxima atingida.		
35.	Permitir a criação de turmas regulares, de turmas de progressão parcial e de atividades esportivas para qualquer escola.		
36.	Permitir a criação e acesso à turmas multiserriadas e multietapas, possibilitando em uma única turma matricular alunos de séries distintas da mesma etapa de ensino e com séries de etapas distintas.		
37.	Possibilitar a configuração de ficha de avaliação de ensino infantil com metodologia mista, ou seja, que contenha aspectos avaliativos objetivos de única escolha, bem como aspectos avaliativos subjetivos com campos de entrada de texto.		
38.	Permitir o gerenciamento dos números de chamada dos alunos nas turmas.		
39.	Possuir minimamente os seguintes relatórios ou consultas: professores por turma ou série, turmas sem professor alocado, totais de alunos por turma, listagem nominal de alunos matriculados em uma turma, turmas por escola, modalidade e nível de ensino, série,		

	turno, disciplina e professor. Necessidade de carga horária de turmas sem professor alocado, consultar carga horária por professor.		
40.	Permitir criação e manutenção de um calendário escolar que determine os períodos de cada processo escolar, tais como período de realização de cada bimestre e período para criação de turmas pela escola.		
41.	Permitir a emissão dos diários de classe em PDF para todas as escolas, evitando assim o uso de papel.		
42.	Permitir a emissão de documentos, tais como Boletim do Estudante, Ata de Resultados Finais, Histórico Escolar de estudantes de qualquer escola da rede municipal, impresso ou em PDF.		
43.	Gerar relatórios de turmas por série.		
44.	Gerar relatórios de acompanhamento dos atendimentos de estudantes com necessidades especiais.		
45.	Possuir dashboard com informações referentes aos diários de classe e turmas.		
46.	Possibilitar a criação e gerenciamento do Ensino Integral, com base comum curricular e componentes complementares da parte diversificada.		
47.	Permitir a oferta de vagas e matrícula de estudantes no Ensino Integral.		
48.	Possibilitar a solicitação de Avanço de Estudos por Altas Habilidades ou com Verificação de Aprendizagem.		
49.	Possibilitar a Secretaria de Educação avaliar o pedido de Avanço de Estudos, gerando status de Aprovado ou Reprovado.		
50.	Evitar duplicidade de registros de estudantes, através da ferramenta de Unificação de Matrícula dos Estudantes.		
51.	Através do Acompanhamento Pedagógico, deve permitir ao professor informar o plano anual de ensino para uma determinada turma e submeter ao acompanhamento da Secretaria de Educação.		
52.	Através do Acompanhamento Pedagógico, deve permitir ao professor informar o plano de aula para uma determinada turma e submeter ao acompanhamento da Secretaria de Educação.		
53.	Através do Acompanhamento Pedagógico, deve permitir que a Secretaria de Educação e as Unidades Escolares possam emitir um relatório do acompanhamento pedagógico para cada professor.		
54.	Através do Acompanhamento Pedagógico, deve permitir fazer a gestão das pendências pedagógicas sobre o envio do Plano Anual de Ensino e Plano de Aula.		
55.	Permitir a geração do relatório de Estudantes por Turma com Assinatura.		

56.	Permitir o cadastro e gerenciamento do Plano Educacional Individualizado.		
57.	Permitir a emissão de boletins por turma em lote.		
58.	Dashboard com gráficos dos dados de Diários e Turmas.		
Módulo de Gestão de Escolar da Rede Escolar			
59.	Permitir a manutenção dos dados das escolas da rede municipal pela aplicação.		
60.	Permitir a manutenção dos dados referentes ao censo escolar das escolas.		
61.	Permitir a geração de Ata de Resultados Finais das turmas.		
62.	Permitir a gestão da ficha individual de estudantes de Unidades Escolares específicas.		
63.	Permitir a gestão do histórico escolar do estudante no ano letivo atual e anos letivos anteriores.		
64.	Configurar as séries que uma escola está apta a criar turmas.		
65.	Permitir cadastrar notícias para as escolas ou para uma escola específica.		
66.	Possuir relatório que permita a consulta avançada de estudantes por combinação de dados e com possibilidade de exportação dos resultados. Campos essenciais: se participa do Bolsa Família, se possui alguma NEE, faixa etária, série e tipo de evasão.		
67.	Possuir relatório de controle de frequência de estudantes por turma e disciplina.		
68.	Permitir importar os dados de resultados do IDEB para publicação em página de acesso público (transparência).		
69.	Dashboard com gráficos dos dados das Unidades Escolares.		
Gestão de Recursos Humanos da Rede Escolar			
70.	Permitir gestão de cadastro e atualização dos dados dos Servidores da rede.		
71.	Permite consultar a ficha funcional de um servidor.		
72.	Permitir gestão de cadastro e atualização de dados de Terceirizados/Temporários.		
73.	Gerenciar Afastamento de Servidores.		
74.	Gerenciar Férias de Servidores.		
75.	Gerenciar Readaptação de Servidores.		
76.	Gerenciar Múltiplos Vínculos de Servidores.		

77.	Permitir alocação de servidor em funções administrativas na Secretaria e nas escolas.		
78.	Permitir a geração da Declaração de Transferência de Servidores		
79.	Permitir a geração de Contratos e Aditivos dos servidores.		
80.	Relatório de necessidade por função.		
81.	Relatório de necessidade de contratação.		
82.	Relatório de quantitativo de servidores por cargo.		
83.	Dashboard com gráficos dos dados dos Servidores da Educação.		
Módulo da Secretaria Escolar			
84.	Permitir informar/alterar o quadro de vagas da escola para matrícula.		
85.	Permitir renovação de matrícula de alunos veteranos.		
86.	Permitir transferências de estudantes da escola para outra escola dentro da rede de ensino municipal.		
87.	Permitir a confirmação do comparecimento de estudantes que obtiveram vaga para a escola através da matrícula on-line.		
88.	Permitir impressão dos documentos de matrícula do estudante.		
89.	Permitir a consulta e o cancelamento de solicitações de matrículas para a escola: renovação, transferência e novos alunos.		
90.	Permitir alterações em turmas, tais como: o seu cancelamento, definição e alteração de horário, alocação professores e estudantes.		
91.	Permitir informar a frequência de turmas da escola e abonar faltas de estudante.		
92.	Permitir informar notas ou relatórios de competências e habilidades de turmas da escola de acordo com a série.		
93.	Permitir informar conteúdo ministrado para cada dia de aula de uma turma.		
94.	Permitir cadastro de novos estudantes na escola.		
95.	Permitir alterações de dados pessoais de estudantes da escola.		
96.	Permitir registro da evasão do estudante da escola.		
97.	Permitir preenchimento e emissão de ficha individual do estudante.		
98.	Permitir implantação de histórico de anos anteriores cursados pelo estudante.		
99.	Permitir emissão de histórico, boletins, mapa de frequência de estudantes matriculados na escola.		

100.	Possuir ficha de convocação de pais e responsáveis.		
101.	Informar a participação dos estudantes da escola em programas como bolsa família e transporte escolar.		
102.	Emitir diários de classe das turmas da escola e relação de diários abertos.		
103.	Permitir informar dados da escola e atualizar informações do censo escolar.		
104.	Permitir geração do Relatório Prestação de Contas da Educação para o TCE em formato XML, filtrando por ano e mês de competência.		
105.	Permitir a geração de Declaração de Transferência Externa		
106.	Possibilitar a dispensa de unidades para um novo estudante matriculado na rede de ensino que não está acompanhado de suas avaliações anteriores ou que são incompatíveis com a realidade do município.		
107.	Permitir a geração de documento com a Declaração de Participação do Bolsa Família.		
108.	Permitir a geração de relatório de Faltas Abonadas por Turma.		
109.	Permitir a geração de relatório de estudantes com baixa frequência.		
110.	Permitir a geração de relatório de estudantes abaixo da média.		
111.	Permitir a geração de relatório de estudantes acima da média.		
112.	Permitir a geração de relatório de estudantes por Faixa Etária, Sexo e Unidades de Ensino.		
113.	Permitir a geração de relatório de Distribuição Material Didático (Estudantes por Série e Unidades de Ensino).		
114.	Permitir a geração de relatório de distribuição de turmas por escola.		
115.	Permitir a geração de relatório de distribuição de turmas por escola.		
116.	Permitir a geração de relatório Anual de Faltas		
117.	Permitir a geração de relatório de estudantes em Séries Multisseriadas.		
118.	Dashboard com gráficos dos dados dos Estudantes e dados da Secretaria Escolar.		
Módulo de Provas e Gabaritos			
119.	Permitir o cadastro, edição e visualização de um banco questões para criação de provas.		
120.	Permitir o cadastro, edição e visualização de provas.		
121.	Deve permitir que o cadastro das provas seja associado a uma área de conhecimento, disciplina e grau de complexidade.		

122.	Possibilitar a configuração de prova, sendo possível atribuir um título, associar a uma série, configurar a quantidade de questões, especificar a nota máxima, determinar data e horário para aplicação e liberação de resultados.		
123.	Possibilitar a impressão do gabarito.		
124.	Permitir a configuração de aplicação de provas para a rede, com quantidade de tentativas de resposta por aluno e tempo limite para responder a prova.		
125.	Possibilitar o registro de respostas por parte dos alunos nas provas e a correção dessas pelo sistema/professor, sendo questões objetivas e discursivas.		
126.	Possibilitar emitir o relatório de provas, com a quantidade de acertos e nota geral por aluno. Além de permitir a visualização de informações detalhadas sobre a provax respondida.		
127.	Permitir ao professor configurar provas para aplicar as turmas vinculadas utilizando questões do banco de questões.		
128.	Possibilitar ao professor sugerir novas questões para o banco de questões da Secretaria, sendo estas encaminhadas para aprovação antes da inserção.		
129.	Permitir ao aluno responder provas que são disponibilizadas pelo Professor/Rede, além de visualizar o resultado de provas já respondidas.		
130.	Permitir a geração de relatórios com os resultados das provas.		
Módulo de Integração com o Educacenso			
131.	Permitir o gerenciamento de informações do Educacenso, tais como: o local de funcionamento da escola, localização zona e forma de ocupação de prédio que serão exibidas nos formulários.		
132.	Permitir criação e manutenção de um calendário que determine os períodos de cada processo do Educacenso, tais como preenchimento de dados referentes às escolas.		
133.	Emitir de relatório de escolas que não atualizaram suas informações referentes ao CENSO.		
134.	Emitir relatório de estudantes por escola participante do Educacenso.		
135.	Permitir gerar arquivo de exportação dos dados para o Educacenso.		
136.	Emitir relatório com a formação dos Servidores.		
137.	Permitir que as escolas preencham formulário atualizando seus dados que serão utilizados no Educacenso.		
138.	Permitir que as escolas preencham formulário atualizando as informações referentes aos seus alunos, inclusive aqueles que utilizam transporte escolar.		

Módulo de Biblioteca			
139.	Catalogar um Livro usando o sistema de catalogação internacional MARC 21		
140.	Cadastrar um exemplar, realizar um empréstimo e uma devolução deste exemplar.		
141.	Demonstrar relatórios de gestão para verificação de históricos de movimentação, empréstimos e usuários		
142.	Permitir Cadastrar Novo Campo no Padrão do MARC		
143.	Notificar empréstimos próximos a vencer		
144.	Notificar empréstimos próximos em atraso		
145.	Permitir pesquisas em Acervo		
146.	Permitir o gerenciamento de materiais de Exemplares		
147.	Permitir o gerenciamento de materiais de Fascículos		
148.	Permitir punições por Multas		
149.	Permitir punições por Suspensões		
Módulo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)			
150.	Permitir ao professor visualizar os alunos matriculados no AVA, integrados com a turma no diário de classe.		
151.	Permitir ao professor adicionar materiais de estudo, tais como arquivos (PDF, PPT, etc), arquivos de imagem (JPEG, PNG, etc) e vídeos (YouTube, MP4, etc).		
152.	Permitir ao professor criar tarefas para os alunos interagirem, enviando respostas, arquivos de resposta e respondendo questionários, seja individual ou em grupo.		
153.	Permitir ao professor criar uma chamada via webconferência pela própria tela do sistema e demonstrar a participação de um aluno.		
154.	Permitir ao professor inserir referências bibliográficas para consulta dos alunos.		
Módulo Transporte Escolar			
155.	Permitir o cadastro de Empresas prestadoras de serviço com CNPJ, Razão Social e Nome Fantasia.		
156.	Permitir o cadastro de Contratos associados a empresas prestadoras de serviço com Empresa, Número do Contrato e Vigência.		
157.	Permitir o cadastro de Motoristas associados a contratos e empresas prestadoras de serviço com Empresa, Contrato, Nome, CPF, CNH, Categoria da CNH, Telefone Residencial e Celular, Anos de		

	Experiência, Anexo da Carteira de Habilitação e Curso de Certificação.		
158.	Permitir o cadastro de Veículos com Marca, Modelo, Capacidade, Tração, Porte, Ano de Fabricação, Ano do Modelo, Chassi, Fabricante, Placa, Documentação, Dados da Cessão Vigente do Veículo e Fotos do Veículo.		
159.	Permitir o cadastro de Vistorias dos veículos com associação ao veículo cadastrado, Data da Vistoria, Vistoriador, Anexo do Laudo do DETRAN e apontar os locais de Mossa e Arranhão.		
160.	Permitir o gerenciamento dos motivos de Cessão de Veículos.		
161.	Permitir o cadastro e gerenciamento de rotas, associando veículos, motoristas e estudantes.		
162.	Permitir o cadastro e gerenciamento de Embarcações como veículos separados.		
163.	Permitir a geração de relatórios de estudantes transportados e não transportados.		
164.	Permitir a geração de relatórios gerais de rotas.		
165.	Permitir a geração de relatórios de vencimento do curso e CNH		
166.	Permitir a geração de relatórios de empresas, contratos, veículos e motoristas.		
167.	Dashboard com gráficos dos dados do Transporte Escolar.		
Módulo Diagnóstico de Alfabetização da Rede			
168.	Permitir a avaliação e acompanhamento da alfabetização dos estudantes, com o objetivo de medir suas habilidades em escrita, leitura e produção textual.		
169.	Permitir a configuração do Período de Avaliações.		
170.	Permitir que o professor informe o diagnóstico de níveis de leitura, escrita e textual dos estudantes.		
171.	Permitir atualização instantânea do Quadro de Diagnóstico de Alfabetização com quantidade e porcentagem dos avaliados, alfabetizados e números desejáveis.		
172.	Permitir a geração de relatórios com os resultados das avaliações gerais, por nível, consolidado da rede.		
173.	Geração de dashboards com os dados do Quadro do Diagnóstico de Alfabetização.		
Aplicativo do Estudante			
174.	Permitir acesso por aplicativo móvel à ferramenta de Boletim.		



CODEMP
UNIÃO PARA
O PROGRESSO

175.	Permitir acesso por aplicativo móvel à ferramenta de Histórico Escolar.		
176.	Permitir acesso por aplicativo móvel à ferramenta de Frequência.		
177.	Permitir acesso por aplicativo móvel à ferramenta de Documentos de Declaração.		
178.	Permitir acesso por aplicativo móvel à ferramenta de Calendário Letivo.		
179.	Permitir acesso por aplicativo móvel à ferramenta de Calendário de Provas.		
180.	Permitir acesso por aplicativo móvel à ferramenta de Avisos.		
Aplicativo do Professor			
181.	Permitir listagem e seleção de ano letivo, escolas e turmas.		
182.	Permitir lançamento de frequências online e offline.		
183.	Permitir lançamento de notas online e offline.		
184.	Permitir lançamento de conteúdos ministrados online e offline.		
Módulo Alimentação e Estoque Escolar			
185.	Permitir o gerenciamento dos Gêneros Alimentícios.		
186.	Permitir a geração do Relatório de Gêneros Alimentícios.		
187.	Permitir o gerenciamento das Unidades de Medida.		
188.	Permitir acesso e gerenciamento de Nutricionistas.		
189.	Permitir o gerenciamento de Nutrientes.		
190.	Permitir o gerenciamento da Tabela Nutricional.		
191.	Permitir o gerenciamento de Refeição/Horário.		
192.	Permitir o gerenciamento de Ficha Técnica.		
193.	Permitir o gerenciamento de Nutrientes de referência para FNDE.		
194.	Permitir o gerenciamento de Cardápios semanais.		
195.	Permitir Cadastrar a Entrada de Produtos no Estoque.		
196.	Permitir Cadastrar a Saída de Produtos no Estoque.		
197.	Permitir Cadastrar a Origem de Produtos no Estoque.		
198.	Permitir que as escolas possam solicitar alimentos faltantes para a Secretaria de Educação.		
199.	Permitir a geração de Relatório de Quantitativo do Estoque.		
200.	Permitir a geração de Relatório de Movimentações do Estoque.		

201.	Dashboard com gráficos dos dados da Alimentação Escolar e Estoque.		
Portal do Familiar			
202.	Permitir que o Pai ou Responsável acesse o Portal do Familiar e realize a Transferência por Interesse Próprio do estudante de forma online.		
203.	Permitir que o Pai ou Responsável acesse o Portal do Familiar e realize a Renovação de Matrícula do estudante de forma online.		
204.	Permitir vincular estudantes para acompanhamento do responsável.		
205.	Permitir acesso à ferramenta de Boletim.		
206.	Permitir acesso à ferramenta de Histórico Escolar.		
207.	Permitir acesso à ferramenta de Frequência.		
208.	Permitir acesso à ferramenta de Documentos de Declaração.		
209.	Permitir acesso à ferramenta de Calendário Letivo.		
210.	Permitir acesso à ferramenta de Calendário de Provas.		
211.	Permitir acesso à ferramenta de Avisos.		
Módulo Monitoramento da Educação			
212.	Permitir ao Gestor Municipal o monitoramento da educação através de Dashboards e Gráficos em 3D com indicadores de Matrículas, Estudantes, Séries, Vagas, Servidores, Notas e Unidades de Ensino.		
Módulo de e-Learning			
213.	Permitir à Secretaria de Educação disponibilizar um ambiente com cursos e trilhas de conhecimento.		
214.	Permitir à Secretaria de Educação disponibilizar certificado na conclusão do curso.		
215.	Permitir à Secretaria de Educação gerenciar os cursos em vídeos, textos, pdfs ou questionários.		
216.	Permitir à Secretaria de Educação acompanhar o andamento e aproveitamento dos cursos disponibilizados.		
Módulo Comunicação com os Usuários			
217.	Permitir o gerenciamento de notícias, indicando o destino de cada notícia, devendo ser dividida por categoria de usuário, escolas ou portais.		
218.	Permitir a notificação dos usuários, devendo ser dividida por categoria de usuário, escolas ou portais.		
Portal do Estudante			



CODEMP
UNIÃO PARA
O PROGRESSO

219.	Permitir acesso à ferramenta de Boletim.		
220.	Permitir acesso à ferramenta de Histórico Escolar.		
221.	Permitir acesso à ferramenta de Frequência.		
222.	Permitir acesso à ferramenta de Documentos de Declaração.		
223.	Permitir acesso à ferramenta de Calendário Letivo.		
224.	Permitir acesso à ferramenta de Calendário de Provas.		
225.	Permitir acesso à ferramenta de Avisos.		
Portal da Gestão Escolar			
226.	Permitir que os diretores e secretários escolares possam gerenciar as funções de Recursos Humanos da sua escola.		
227.	Permitir que os diretores e secretários escolares possam gerenciar as funções de Matrícula da sua escola.		
228.	Permitir que os diretores e secretários escolares possam gerenciar as funções das Turmas da sua escola.		
229.	Permitir que os diretores e secretários escolares possam gerenciar as funções dos Estudantes da sua escola.		
230.	Permitir que os diretores e secretários escolares possam gerenciar as funções de Diário de Classe da sua escola.		
231.	Dashboard com gráficos dos dados da Unidade Escolar.		